

Siga-me... Deompanha-nos a melhor Sécnica!





Motocultor L5-H 13 HP, O MAIS MODERNO E POTENTE DO MERCADO (Via regulável entre 70 e 108 cms.)

Faz todos os trabalhos agrícolas e... REBOCA 1.800 Kgs.

ISENTO DE CARTA DE CONDUÇÃO

BUNGARTZ BUNGARTZ BUNGARTZ BUNGARTZ BUNGARTZ

Tractor T5-13 HP, um gigante com corpo de anão

- Motor Hatz, diesel
- 10 velocidades
- Via regulável entre 89 e 105 cms.

As máquinas BUNGARTZ já trabalham desde o Minho ao Algarve.

Consulte-nos sobre o equipamento que lhe convém.





RAMO AGRÍCOLA DA

Agência Comercial de Anilinas, Lda.

75 - Galeria de Paris - 77

PORTO

Telef. 25397



A U M E N T E

O Aurofac* é o produto que contém a Aureomicina*, (clorotetraciclina) e o seu uso permanente nas rações proporcionar-lhe-á: DANDO AOS PORCOS RAÇÕES QUE CONTENHAM

AUROFAC*

1.º Diminuição da mortalidade;

2.º Mais porcos por ninhada;

3.º Aumento do índice de crescimento e de engorda;

4.º Mais aumento de peso;

5.º Menor consumo de ração.

243

O uso diário do Aurofac nas rações permite que os porcos atinjam os pesos de abate 2 ou 3 semanas mais cedo. O uso diário do Aurofac, nas rações, poupar-lhe-á tempo e dinheiro.

Utilize o Aurofac nas rações dos porcos e será largamente compensado

Peça ao seu fabricante ou fornecedor, rações contendo Aurofac

* Marcas Registadas

DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO © y a n a m i d Intarnational A Division of American Cyanamid Company 30 Rockefeller Plaza, New York 20, N.Y., U.S.A.



Repres. Exclusivos para Portugal e Ultramar: ABECASSIS (IRMÃOS) & C.A. Rua Condo de Redondo, 64-LISBOA Rua de Santo António, 15-3.º-PORTO



OS RATOS, um flagelo que ameaça a vida e a economia dos povos pelas doenças que propagam e os haveres que destroem.

Façamos-lhe guerra por intermédio dos MATA RATOS ZAZ. Pacote. 3800

INSECTICIDA ZAZ «2» À base de »

ODT e LINDANO COMPOSTO, de excelentes resultados comprovados o ano passado na destruição do ESCARAVELHO da BATATEIRA, em todas as suas fases, (Adulto e Larvas), para pulveriz-ções.

Pacotes de: 25 - 100 e 200 gramas.

ZAZ FORMIGA — Excelente composto em pó, para a destruição de toda a espécie de formigas.

Caixas de: 20-50 e 100 gramas.

À VENDA NAS CASAS DA ESPECIALIDADE

Depositário no PORTO:

Drogaria Granado

Fábrica dos Produtos ZAZ

Quinta de Santo António — COVILHÃ

Não encontrando, dirijam-se ao fabricante.

Aos Avicultores

BATERIAS em ferro,

VENDE Manuel José Pereira
Telef. 029043 SESIMBRA



3610

A lavoura em geral e aos criadores de gado em especial

O sucesso que tem obtido os alimentos concentrados SOJAGADO é já hoje indiscutível Todos os Grémios da Lavoura nos têm manifestado o apreciável valor da SOJAGADO

SOJAGADO N.º 1 — para vacas leiteiras SOJAGADO N.º 2 — para gado vacum em geral SOJAGADO N.º 3 — para porcos

SOJAGADO N.º 4 — para aves e galináceos SOJAGADO N.º 5 — para aves até 8 semanas

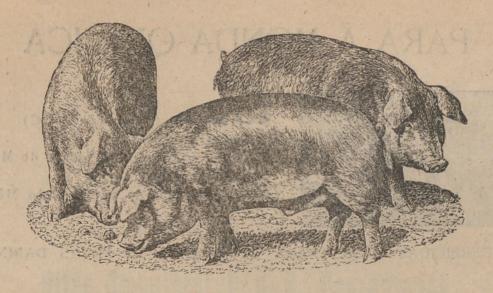
SOJAGERME — Proteínas + Gordura 36º/o (este para desdobramento e composição de rações) SOJA PURA EXTRACTADA

Não engane o seu gado com alimentos pobres porque se engana a si próprio

SOJA DE PORTUGAL, LDA. * FÁBRICAS EM OVAR - Telef. 63
Escritórios em Lisboa, na Rua dos Fanqueiros, 38, 1.º - Telefs. 23830 e 27806

Os pedidos podem ser feitos directamente aos n/ escritórios ou ao Sr. António Câmara Cordovil, Rua de Campolide, 55, 1.º, dt.º, Lisboa — Tel. 685262.

GAZETA das ALDEIAS



Cuidado com a

PESTE SUÍNA!

PROTEGEI PORCOS E LUCROS

Vacinal com ROVAC*

Uma única injecção de ROVAC em porcos saudáveis confere uma imunidade mínima de dois anos

O ROVAC poupa tempo, trabalho e dinheiro!
O ROVAC é um produto de confiança

3214

Consulte um Médico Veterinário

Embalagens de: 5-10-25 e 50 doses

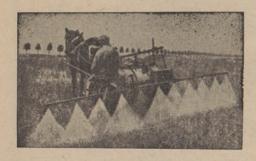
* Marca Registada

DEPARTAMENTO AGRO PECUÁRIO C y a n a m i d International A Division of American Cyanamid Company 30 Rockefeller Plaza, New York 20, N.Y., USA.



Repres. Exclusivos para Portugal e Ultramar:
ABECASSIS (IRMÃOS) & C.A
Rua Conde de Redondo, 64-LISBOA
Rua de Santo António, 15-3.º-PORTO

PARA A MONDA QUÍMICA



Raphatox (50% de DNOC)

M52 «líquido» (sal de sódio do MCPA)

M52 «pó» (sal de potássio do MCPA)

OS HERBICIDAS IDEAIS PARA O COMBATE ÀS ERVAS DANINHAS

Distribuidores Exclusivos:

AGUIAR & MELLO, LDA.

Praca do Município, 13-1.º-LISBOA

2891

DEPOSITÁRIOS EM TODO O PAÍS

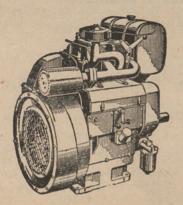
CORREIAS - MANGUEIRAS - COLAS

GOODFYEAR

643

Distribuidores exclusivos: Canelas & Figueiredo, Lda. - R. Fanqueiros, 46 - LISBOA

Motores Diesel



BUSTON

OS MELHORES PARA ACCIONAMENTO DE

LAGARES DE AZGITE, MOAGENS, DEBULHADDRAS, BOMBAS, ETC.

REDUZIDO CONSUMO — ROBUSTOS — ARREFECIDOS POR AR OU ÁGUA

FACILIDADES DE PAGAMENTO

HARKER, SUMNER & C.ª, L.da

PORTO-38, R. de Ceuta, 48 14, L. do Corpo Santo, 18-LISBOA

Snr. Lavrador

Faca as suas contas!

Prefira como adubo azotado o

Nitro-Amoniacal C. U. F. Concentrado

com 26,5 °/o de Azoto

(Metade nítrico * Metade amoniacal)

pois é de todos os adubos azotados aquele que resulta MAIS BARATO.

3455

Pode aplicá-lo, quer à

SEMENTEIRA quer em COBERTURA

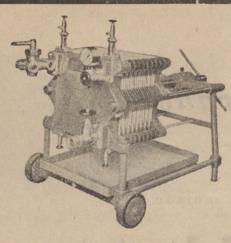
Companhia União Fabril

L I S B O A R. do Comércio, 49



P O R T O R. Sá da Bandeira, 84

DEPÓSITOS E REVENDEDORES EM TODO O PAÍS



Ácidos Cítrico e Tartárico * Metabisulfito de Potássio * Taninos''DYEWOOD'' * Solução Sulfurosa * Calgonit * Soda em Cristais * Sebos para Empostigar * Wino * Parafinas, etc.

Mustimetros * Glucómetros * Areómetros * Gluco-Enómetros * Termómetros * Acidímetros * Ebuliómetros * Vinómetros, etc.

Mangueiras de Borracha e de Plástico * Filtros * Bombas * Enchedores * Gaseificadores * Rolhadores * Tesouras para Poda.

3546

Sociedade de Representações Guipeimar, L.da

Rua de Rodrigues Sampaio, 155-1.º PORTO Telefone, 28093 Teleg. Guipeimar

O MELHOR CAFÉ É O DA

BRASILEIRA

61, Rua Sá da Bandeira, 91 [elefenes, 27146, 27147 e 27148—PORTO

(Envia-se para toda a parte)

PARA AS GALINHAS

USAR o conhecido. DESINFECTANTE ZAP

ENÉRGICO, ACTIVO, EFICAZ

Aplica-se nos bebedouros das aves e é INOFENSIVO para os animais domésticos

Com o desinfectante ZAP as galinhas não se contaminam Frasco pequeno . 12\$50 * Frasco grande . 50\$00 Vende-se em todas as farmácias, drogarias, aviários, etc.



DISTRIBUIDORES

Vicente Ribeiro & C.ª

R. dos Fanqueiros, 84, 1.º, Dt.º L I S B O A

SEMENTES



VER, OUVIR E CALAR... NÃO!

Veja, ouça... mas diga a toda a gente o que são e o que valen as possas sementes. Para semear já, recomendamos:

ALFACES -COUVES PENCA—COUVES TRONCHUDA—COUVE LOMBARDA—COUVE BOCCULO—COUVES FLOVES —REPOLHOS—CENOURAS—RABANETES—ESPINAFRES—ERVILHAS DE GRÃO E DE VAGEM—FAVAS—PINHÕFS—TOJOS—GIESTAS—TREMOÇOS—LUZERNA—TPEVO ENCAMADO—TREVO SPADONI—TREVO BERSIM—TREVO DA PÉRSIA—EUCALIPTOS—LAWN-GRASS—RAY GRASS—ETC. ETC.

E TODAS AS VARIEDADES DE BETERRABAS PARA FORRAGENS

Se desejar semear e colher... prefire as sementes que, com todo o escrúpulo, lhe fornece

A «SEMENTEIRA» de Alípio Dias & Irmão

Rua Mousinho da Silveira, 178 — Telefs.: 27578 e 33715 — PORT

Catálogo Ilustrado-Em distribuição grátis

Lās * Sedas Algodões Atoalhados Malhas interiores Malhas exteriores

Camisaria

VENDEMOS MAIS BARATO

Armazéns Cunhas

PORTO

3618

ENVIAMOS SEMPRE AMOSTRAS SOLICITADAS



PARA TRATORES E SUA REPARAÇÃO COM PEÇAS GENUINAS BOSCH

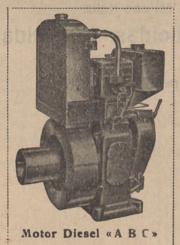
E. T. ROBERTO CUDELL, L.DA

PORTO

R. Faria Guimarães 883 R. Passos Manuel 30 LISBOA

112 Áv. Duque Loulé 120





MOTORES a gasolina, a petróleo e a gasoil.

GRUPOS MOTO-BOMBAS para tirar água (de motor a gasolina e a petróleo).

MATERIAL VINÍCOLA - Esmagadores de uvas; Prensas para bagaço; Cinchos; Bombas de trasfega, etc., etc.

DESCAROLADORES do milho (manuais e para motor); Tararas e muito outro material agrícola.

Adubos — IMPORTADORES

SEMENTES das melhores procedências nacionais e estrangeiras, para horta, prado e jardim.

PEDIDOS AO

Centro Agricola e Industrial, Lda.

Telefs. 25865/6 * R. Santa Catarina, 309-PORTO * Telegr. «Agros»

ácido tartárico italiano Montecatini

"antiga marca appula"



Vinicultores

peçam aos seus fornecedores esta antiga e acreditada marca

MONTECATINI S. G. Milano Itália adubos - insecticidas - fungicidas

todos os produtos químicos para agricultura e indústria

Agente

EMANUELE BARABINO

Rua da Prata, 93-2.º esq. - LISBOA

2925

SUMÁRIO Insistindo em novos rumos . . Declarações do Ministro da Economia numa conferencia com a Imprensa . . 162 A Agricultura Nacional e o II Plano de Fomento-Agrarius O casal de família-Dr. Autónio Maria Cwen Pinheiro Torres Conferências-Interesse económico-social do emparcelamento da propriedade rústica A propósito do aparecimento de um gineto na Tapada da Ajuda (Lisboa) - Professor C. M. Baeta Neves. 170 Sistema de estabulação livre - eng. agronomo Ramiro A. Ribeiro do Rosário . . . Calendário do lavrador Normas a que deverá obedecer a colheita de amostras de terra a enviar para análise Silvicultura - Professor António Manuel de Asecedo Gomes . Esgana ou Monquilho do Cão - médico veterinário José Carrilho Chaves 186 Caca e Pesca - Águas altas - Almeida Coquet 188 Secção Feminina. SERVICO DE CONSULTAS - Patologia vegetal 192 - Zootecnia - Construções rurais . . . 195 - Direito rural 195 Intermediário dos lavradores.

A NOSSA CAPA

Representa a gravura da nossa capa a entrada do sumptuoso e vasto palácio de Mateus, sito na freguesia do mesmo nome, a 5 quilómetros de Vila Real.

A imagem faz-nos recordar um dos seus antigos e nobres possuidores — o famoso Morgado de Mateus, fidalgo da casa real, diplomata e devotado cultor das Letras Portuguesas, cujo nome figura justamente em uma das ruas do Porto.

ASSINATURAS

Ano.								100\$00
Semesti	re							55800
Número	a	v u	lso					5800
Estrang	ei:	0 (Exc	ep	to l	Esp	a-	
nha) - mais						50 0/0		

Ano 65.º Porto, 1 de Março de 1960

Gazeta das Aldeias
Fundada por Tilio Gama

N.º 2418

REVISTA QUINZENAL DE PROPAGANDA AGRICOLA

LUÍS GAMA

Engenheiro Civil de Obras Públicas e Minas [U. P.]

EDITOR JOAQUIM A. DE CARVALHO

Propriedade da Gazeta das Aldeias (S. A. R. L.) * Redação e Administração: Av. dos Aliados, 66-PORTO
Telegramas: GAZETA DAS ALDEIAS—PORTO * Telefones: 25651 e 25652

Composto e impresso na TIPOGRAFIA MENDONÇA (Propriedade da GAZETA DAS ALDEIAS)

Rua Jarge Viterbo Ferreira, 12-2.º—PORTO

Insistindo em NOVOS RUMOS

O mesmo dia em que escreviamos a usual nota de entrada para o anterior número, nota a que demos o mesmo título que encima estas linhas, o Ministro da Economia iniciava no S.N.I. a sua memorável palestra com os representantes da Imprensa, a que fazemos referência na página seguinte.

Pode inferir-se da brevidade dessa referência ter sido curta essa palestra. Muito pelo contrário, alongou-se por algumas horas e em dois dias consecutivos, durante os quais o Prof. Ferreira Dias foi claropreciso e conciso: disse tudo quanto julgou necessário tornar conhecido de todos aqueles que sinceramente se interessam pelo progresso e desenvolvimento da Nação, ou seja, de todos os portugueses.

Teria o Estadista sido duro — passe o termo — aqui ou além, na exaustiva exposição que fez? Poderá um ou outro assim o julgar, embora duvidemos que tal tenha sucedido. Mas se sucedeu, para esses, o Ministro deveria ter sido, na verdade, não apenas duro, mas causticante; causticante, dizemos, para não empregar outro termo mais severo.

As importantes e oportunas declarações feitas pelo Estadista, a quem em boa hora foi confiada a pasta da Economia, ocuparam, como já se disse, algumas horas em dois dias consecutivos. No entanto, de todas as palavras proferidas, em que não houve uma a mais nem a menos para que a exposição fosse clara, de tudo quanto foi dito pode fazer-se uma síntese que, a nosso ver, traduz o pensamento de quem as proferiu, síntese que poderia ser: temos de pôr inteiramente de parte métodos, processos até agora seguidos; é preciso, é imperioso seguir novos rumos.

Mas apenas no labor rural? Não, se na Agricultura é imperioso abandonar velhas práticas a que andamos apegados, em outros sectores que largamente pesam na nossa vida económica o mesmo se impõe.

A estas páginas interessam primordialmente os problemas da terra; libertemo-nos de saudosismos, orientando-nos por novos rumos e caminhando assim para uma vida melhor.



Declarações do Ministro da Economia numa conferência com a Imprensa

o passado dia 10, o ilustre Prof. Ferreira Dias reuniu, numa das salas do S.N.I., os representantes da Imprensa, Rádio e Televisão, aos quais expôs, com impecável clareza e concisão, alguns aspectos dos problemas que, de momento, mais interessam à nossa economia: Agricultura, Comércio e Indústria.

Técnico que o sabe ser, habituado a lidar com a realidade, onde a hipótese, ou, se guiserem, a fantasia não tem cabimento; professor ilustre entre os que mais o são, afeito a tratar na cátedra de problemas concretos, cuja solução útil tem de arredar, por completo, aliciantes utopias, que sempre ou quase sempre levam a amargas e desastrosas desilusões: Mestre e Homem Público, consciente das responsabilidades que lhe cabem - o eng. Ferreira Dias usou de lealdade, precisão, e prudência nas conclusões a que chegou, no estudo cuidado dos vários aspectos do nosso problema económico, que dividiu em três sectores, cuja interligação é evidente: problemas do Comércio, problemas da Agricultura e problemas da Indústria.

Embora os problemas que interessam imediatamente às actividades transformadora e distribuidora — Indústria e Comércio — não possam ser indiferentes ao agricola—como da actividade deste não podem alhear-se os que exercem aqueloutras — limitamo-nos a arquivar nesta página, reproduzindo-o da Imprensa diária, o que disse o ilustre Ministro da Economia, Prof. Ferreira Dias, relativamente a Pro-

blemas da Agricultura:

«A agricultura, que constituiu para além da expulsão dos mouros, a grande preocupação da nossa primeira dinastia — a que Lúcio de Azevedo chamou a «monarquia agrária» — foi, até à jornada de África, a única actividade económica do País. Ameaçada pelo comércio e nave-

gação a partir do século XV, fustigada pela indústria no século XX, a agricultura, no nobre papel de indústria dos alimentos, tem perdido posição relativa como factor de produção, embora se eleve em valor absoluto. Mas a vida está longe de

lhe correr fagueira.

Aquele crescimento absoluto, depois de amanhado, como já está, todo o terreno apto—e até o que não é—só se torna possível à custa de uma cultura intensiva, que impõe em larga escala a rega, a pecuária e a adopção de novos processos. Por outro lado, sujeita à agressão de um mercado aberto, em posição paralela com a indústria, mas ameaçada por esta na procura de mão-de-obra, com a consequente subida do salário rural, a agricultura vê-se forçada à mecanização como fatalidade do destino e a arranjos de estrutura como imposição social da época».

Continuando, o ilustre estadista proferiu as seguintes palavras em, que todo o lavrador precisa atentar:

«A adaptação inexorável da agricultura a novas condições de trabalho e novas concepções de vida é a segunda invariante da economia portuguesa.

Para encarreirar essa adaptação, tem a Secretaria de Estado da Agricultura procurado erguer, em novas bases legais, uma estrutura agrária mais adaptada às condições de hoje—mesmo com o risco de parecer aos espíritos mais conservadores demasiadamente ousada. E' nesta disposição que no ano findo se prepararam os diplomas relativos ao regime das obras de hidráulica agrícola, ao parcelamento e emparcelamento, à colonização e ao arrendamento, que se encontram pendentes de apreciação da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional».

A AGRICULTURA NACIONAL

e o

II PLANO DE FOMENTO

IX

Os pressupostos do Plano

Por AGRARIUS

(Continuação do n.º 2415, pág. 46)

Salientamos no artigo anterior que, não ligando importância à diferença profunda, evidenciada na evolução do produto nacional, entre o sector agrícola e os outros ramos das actividades nacionais, o Plano aceita como boa, para o período de 1950-58, uma taxa de crescimento médio da capitação do produto nacional igual a 2,6 %, ou, o que equivale, uma taxa anual média de 3,3 %, para o crescimento do produto nacional bruto ao custo dos factores.

Depois, tendo necessidade, como hipótese de trabalho, de fixar um valor para o acréscimo desejável da capitação, e tendo em vista o que se passa em Itália (5,1) e na Grécia (6,8), fixa-se no valor 5 °/o para o acréscimo médio razoável a conseguir (pág. 45).

E passa seguidamente à consideração do investimento a efectivar, com vista ao

alcance daquele objectivo.

Não podendo, por falta de dados estatísticos adequados, fazer a estimativa do coeficiente médio de capital necessário, utiliza o coeficiente marginal $^{I}/\Delta P$, isto é, a razão do investimento (I) em cada ano para o aumento correspondente do produto (ΔP).

E, considerando vários períodos de tempo, chega à conclusão de que um coeficiente de capital igual a 5 deve satisfazer as necessidades actuais de expansão da nossa economia (pág. 40).

Depois, passando a considerar os vários sectores das actividades nacionais, apresenta as estimativas feitas para cada um deles numa tabela (pág. 42) que reproduzimos:

Sectores das actividades	Coeficientes marginais de capital
Agricultura e Silvicultura	7,1
Pesca	3,6
Indústrias extractivas	8,7
Indústrias transformadoras e cons-	
trução	1,6
Electricidade, luz e água	8,5
Transportes e comunicações	9,3
Comércio por grosso e a retalho	2,9
Habitação	28,0
Administração pública	3,4
Outros serviços	9,6
Valor global (sem variação de exis-	
tência)	4,4
Valor global (com variação de exis-	Carried States
tência)	5,2

Como se vê, as diferenças entre os sectores são enormes, e o valor global (5,2) calculado «corresponde à média ponderada dos coeficientes sectoriais, entrando em linha de conta com a variação das existências», mas de modo algum

pode servir de norma reguladora do investimento a efectuar.

. .

Não obstante todo o trabalho envolvido nestes cálculos, declara-se:

«Ac apresentar os coeficientes sectoriais, não se pretende estabelecer ou dar um critério de prioridade de investimentos, a qual deve obedecer a muitos outros factores, mas sòmente pôr em evidência os componentes do coeficiente global e mostrar assim, como uma diferente orientação na política de investimentos leva necessàriamente à sua alteração».

Francamente, não compreendemos! Se, com efeito, o coeficiente marginal de capital tem qualquer importância para a estimativa do investimento a efectuar quando pretendemos aumentar o produto, seja qual for o reflexo que o investimento feito em determinado sector possa vir a ter no acréscimo do produto dos outros sectores, o seu valor diferencial tem sempre significado especial.

O simples valor facial dos números representativos dos coeficientes sectoriais, em si, nada nos pode dizer quanto aos reflexos dos respectivos investimentos no aumento global do produto, ou na variação dos produtos de quaisquer outros sectores particulares; é certo.

O conhecimento de tais relações está na dependência doutros elementos que sòmente estudos especializados nos podem fornecer. Esses estudos não existem entre nós. Se pretendemos ir tão longe, a ponto de querermos avaliar a influência exacta que o investimento em dado sector possa vir a ter noutros sectores — o melhor é estar quieto.

São estudos muito refinados para nós, que nem mesmo os aspectos mais grosseiros do nosso problema económico somos capazes de convenientemente analisar

Portanto tenho a opinião de que, para a estruturação do II Plano de Fomento, de nada serviu estar com tal trabalho! Poeira!

Diz o Relatório que não se quis esta-

belecer qualquer critério de prioridade de investimentos

Todavia, estando indiscutivelmente averiguado que o produto do sector agricola se mantém, há longos anos, pràticamente estacionário, quando quase todos os outros sectores avançam, e verificando-se que o coeficiente marginal de capital para o sector agrícola, é muito mais elevado (36,5 %), que o global, há razões mais que de sobra, dada a importância económica do sector agrícola, para pensarmos a sério num investimento especial para a Agricultura, independentemente dos reflexos que isso possa vir a ter nos outros sectores - reflexos que, ao fim e ao cabo — não podem deixar de ser favoráveis à economia nacional.

Pois é ainda a terra, apesar de todos os nossos males, a grande fonte de riqueza nacional.

Há bem pouco tempo — 28 de Novembro de 1959 — o Jornal do Comércio, referindo-se à situação angustiosa da Agricultura, dizia no seu artigo de fundo:

«Não pode conceber-se uma expansão regular e estável das próprias indústrias sem o suporte de um poder de compra interno que no rendimento da Agricultura tem um dos seus sustentáculos fundamentais».

E, como remédio, preconiza:

«Uma politica económica integral, em suma, que esteja à altura dos problemas da nossa Agricultura, e do interesse nacional que lhe cumpre servir».

Perfeitamente de acordo. Mas semelhante política sòmente pode ser gisada se tomarmos na devida conta as realidades objectivas, as tristes realidades, do atraso cultural da grande massa dos activos agricolas.

Temos de ser realistas. O fundo barranco onde nos deixaram cair não poderá ser ultrapassado pelo emprego dos meios que, correntemente, se utilizam noutros países em condições normais.

Temos, antes de mais nada, de empregar uma política diferencial a favor da Agricultura.

É injustificável a opinião expressa no

Relatório — vol. I, pág. 14, de que não se pretende estabelecer, ou dar, um critério de prioridade nos investimentos.

Contràriamente, temos a opinião de ser absolutamente indispensável estabelecer a favor da Agricultura um critério diferencial nos investimentos.

Têm de ser adoptadas duas ordens de medidas, que se traduzem por efeitos muito diferentes:

- a) Medidas de emergência que, sem a preocupação do estado pedagógico da população activa agrícola possam provocar ràpidamente um aumento substancial do produto do sector agrícola;
- b) Medidas de efeitos a longo prazo, que visem a dar à referida população aquele estado de preparação cultural e técnica, aquela transformação da mentalidade, que lhe é míster para poder trabalhar em competição vantajosa com as populações agrárias dos países cultos da Europa, em cujos mercados precisa de apresentar o produto das suas actividades.

Primeiramente, alínea a), precisamos de salvar aquilo que — bom ou mau — somos capazes, de momento, de produzir.

Não se devem deixar morrer os porcos por falta de assistência e meios veterinários baratos. Não se devem produzir bens agrícolas de consumo de qualidades não aceitáveis nos mercados externos e sem as garantias protocolares de sanidade fitopatológica que lá são exigidas.

Tudo isto, e muito mais, se pode conseguir com rapidez relativa.

Depois — alínea b) — é indispensável olhar, com olhos de ver, para a preparação profissional dos agricultores e técnicos agrícolas.

O que para aí temos como escolas profissionais agrícolas é uma insignificancia em quantidade, e uma lástima em qualidade.

E no que se refere à formação de técnicos capazes de efectuarem uma assistência real e eficiente aos agricultores, as necessidades não são menores. Precisamos:

- 1) Escolas profissionais; muitas escolas.
- 2) Fazendas experimentais; muitas fazendas.
- 3) Centros de investigação; muitos centros.
- c) Inverter o sentido da actuação que, entre nós, se tem adoptado, para resolver o magno problema da ausência de técnicos e especialistas qualificados.

Primeiro. Formação dos quadros que hão-de movimentar essas escolas, administrar essas fazendas, ocupar esses centros.

Depois. Equipar todos esses estabelecimentos de preparação profissional convenientemente, ao câmbio do dia —e colocar lá os respectivos agentes à medida que vierem chegando dos centros de cultura para onde temos de os mandar formar.

Nas escolas de que presentemente dispomos, nunca tais agentes se formarão.

Porque, em regra, a mentalidade docente capaz de levar à formação de indivíduos socialmente eficientes, não existe.

Tal mentalidade sòmente se pode adquirir quando se é formado pelo emprego dos mesmos métodos com que pretendemos moldar o espírito dos educandos.

Educa-se como se foi educado.

Temos pois de mandar lá para fora a fina flor da nossa juventude, aprender os verdadeiros métodos pedagógicos, capazes de levarem à formação de mentalidades de carácter científico, e, depois, quando ela voltar, entregar-lhe a direcção das novas escolas.

Tendo sido, por experiência própria, devidamente educados, são capazes, estamos disso certos, de empregar com os seus educandos os métodos que serviram à própria educação.

Doutra forma, continuaremos a fazer, indefinidamente, discursos e conferências, que podem ser, e muitas vezes serão,

O CASAL DE FAMÍLIA

Pelo DR. ANTÓNIO MARIA OWEN PINHEIRO TORRES

(Conclusão do n.º 2417 pág. 127)

limite máximo do valor dos bens constitutivos do casal é fixado provisòriamente em 50.000\$00, determinados pela matriz predial (§ 2.º, art. 7.º), mas o ministério da Justiça pode, em qualquer momento, atendendo às condições locais de propriedade e outras, estabelecê-lo em decreto especial (art. 7.º e § 1.º), podendo ser maior ou menor que os 50.000\$00, e podendo aumentar ou diminuir, portanto, os casais anteriormente constituídos.

Só podem fazer parte de um casal bens imobiliários, pertencentes ao instituidor, sobre os quais não pese qualquer ónus real (hipoteca registada, penhora,

eruditas e brilhantes, mas não servem para os fins em vista.

Saber é saber fazer. E, sòmente se aprende a fazer, fazendo.

As escolas para educarem têm de ser oficinas.

As escolas têm de colocar permanentemente os educandos em condições de trabalhar, trabalhar eficientemente, de resolverem com prontidão os problemas que a vida prática lhes porá na frente.

A fazer discursos, e decorar livros de texto, nunca se poderá adquirir mentalidade de carácter científico.

Podem formar-se pedantes letrados, mas não é disso que a Nação precisa. arresto, etc.) exceptuando-se a servidão, a enfiteuse e o dote (art. 8.º).

Sendo instituidor mulher casada ou viúva, o casal pode ser constituído nos seus bens dotais, mas necessàriamente a favor de filhos ou de outros descendentes (art. 4.0), carecendo, no caso de não ser viúva, de autorização marital, como é regra geral, expressa no art. 1.193.0 e § único do Código Civil.

Se forem abrangidos bens incultos (ou susceptíveis de melhor aproveitamento), deverá o instituidor comprometer-se a reduzi-los a cultura intensiva (art. 11.0).

Em qualquer momento a seguir à sua instituição o casal pode ser aumentado, desde que se não exceda o limite fixado (art. 18.0)

— Qual o processo para sua instituição?

O instituidor deverá requerer ao juiz de direito da comarca em cuja área os bens se situam, identificando-se a ele e às pessoas de família que com ele vivam e em favor das quais é instituído o casal, descrevendo minuciosamente os bens que o constituem e o seu valor, em harmonia com a matriz predial e comprometendo-se a estabelecer domicílio no casal, juntamente com essas pessoas (art. 24.º e 25.º e § único).

A instituição deverá ser homologada, depois de seguidos os trâmites estabelecidos no artigo 27.º e seguintes, por sentença, da qual será passada certidão a entregar ao interessado, para que a re-

giste, no prazo de 15 dias, sob pena de ficar sem efeito a homologação (art. 36.º).

A mesma homologação é necessária, para o caso do casal ser instituido por legado ou doação, competindo agora ao legatário ou donatário o seu requerimento ao juiz, no prazo de 30 dias a contar da doação ou do conhecimento do testamento (art. 38.º).

-Qual o seu regime jurídico?

O casal é inalienável, quer voluntária, quer coercivamente, pelo que não pode sequer ser penhorado (art. 19.°).

Esta faculdade estende-se, em primeiro lugar, aos frutos e produtos dos prédios rústicos (salvo em relação a 1/3 deles, para responderem pelas dívidas provenientes de contribuições prediais relativas aos imóveis que constituem o casal, correspondentes aos últimos anos, pelas dividas de capitais mutuados para cultivo das terras, por qualquei instituição de crédito agricola, e ainda pelas dividas de foros - art. 20.º e § único), em segundo lugar, às máquinas, gados, ferramentas e instrumentos destinados à cultura das terras. e, por último, aos utensílios de trabalho indispensáveis ao exercício do ofício mecânico em que qualquer dos membros da familia se ocupe (art. 19.0 e seu § único). E claro que, como aponta o art. 10.0, poderão ser penhorados quaisquer bens do devedor, estranhos ao casal, desde que também não sejam isentos de penhora por lei especial, ou pelos termos gerais do artigo 820.º e seguintes do Código de Processo Civil.

Exceptua-se sempre o caso de expropriação por utilidade pública e o de troca, total ou parcial dos bens do casal (art. 21.º, \delta único).

O casal pode ser transmitido por testamento, desde que o seja a favor de descendentes ou de parentes em benefício dos quais foi instituído, e na falta daqueles e destes, a favor de qualquer pessoa, desde que tenha os requisitos necessários para ser chefe de família (art. 22.0).

Caso o testador tenha herdeiros legitimários, entender-se-á que o legado do casal foi feito por força de cota disponível, e, se porventura a exceder, as legitimas serão completadas por tornas em dinheiro, pagas pelo legatário (§§ 1.º e 2.º do art. 22.º).

Pode o testador estabelecer fideicomissos até ao 3.º grau, em primeiro lugar, em benefício de descendentes do fiduciário, em segundo lugar, a favor de qualquer dos colaterais, em benefício dos quais o casal foi instituído, e, por último, na falta duns e doutros, a favor de qualquer pessoa (§ 3.º, art. 22.º).

- Em que casos se extingue?

- 1.º Quando não for disposto por testamento, nos termos expostos, podendo no entanto subsistir até à maioridade do filho mais novo ou do parente visado pelo instituidor, se aquele era menor na data em que este faleceu;
- 2.º Quando o titular deixar de o habitar ou explorar em proveito da família;
- 3.º Quando o legatário do casal não requerer a renovação de instituição ou atingir a idade de 35 anos, sem ter a qualidade de chefe de família, sendo os bens repartidos livres pelos herdeiros do testador:
- 4.º Quando o instituidor não cumprir o compromisso tomado de cultivar os bens incultos que constituem o casal (art. 23.º e seus §§).
- 3. Vemos assim um caso de indivisão perpétua de propriedade, estabelecido na nossa lei, e que teve como finalidade obstar aos factos acima expostos. E claro que se partiu do princípio de existirem vantagens na cultura intensiva (que em larga medida se identificou com a pequena propriedade, o que não é rigorosamente exacto), mas não é a nós que competirá aferir da exactidão desse princípio. Simplesmente nos propusemos analisar o regime legal estabelecido para os casais de família e só podemos apontar que ao lado desse problema de política agrícola existe um outro de, pelo menos, igual importância, que é o da unidade de família, como base indiscutivel de saúde moral da Nação.

Resta-nos só esperar que tenhamos sido claros, como desejávamos, no emaranhado de artigos e §§ citados.

Interesse económico-social do emparcelamento da propriedade rústica

Pelo evidente interesse que reveste e pela sua flagrante actualidade, reproduzimos nestas colunas um resumo da conferência proferida em Viana do Castelo, a 29 de Janeiro último, pelo nosso distinto colaborador, eng. agrónomo Alberto José Lago de Freitas.

MA visão global de grande parte das áreas agricultadas do nosso País, revela, percorrida atentamente, regiões de propriedade muito dividida e dispersa, o que «grosso modo» se pode comparar a um manta de retalhos.

Com este «facies» agrícola, os resultados práticos da cultura em pequenas parcelas mostram-se de reduzidissimo valor económico, pois os encargos despendidos para as submeter ao cultivo não são de qualquer modo compensados pelos rendimentos.

Sugere-nos, assim, algumas perguntas: Porque apareceu esta divisão? Quais os grandes inconvenientes deste fenómeno de desagregação da propriedade rural? Qual a solução a adoptar, confrontando as providências tomadas noutros países? Qual o interesse económico-social das operações de emparcelamento?

A pulverização e a dispersão da propriedade rústica são fenómenos antigos, que se situam no momento histórico das doações feitas pelos monarcas às individualidades que mais se distinguiam na guerra e na conquista, no parcelamento dos domínios feudais motivados pelo crescimento populacional, nos casamentos e nos dotes, na ambição individual dos agricultores de obter uma parcela de bom terreno, no princípio igualitário que presidiu à divisão dos bens pelos herdeiros, aos grandes trabalhos públicos ou particulares, tais como construção de estradas, canais, linhas de caminho de

ferro, fábricas, etc. e a tantas outras causas, que determinaram o estado actual desequilibrado das actuais propriedades rústicas.

A excessiva divisão da propriedade rústica, acrescida de uma desalentadora dispersão, origina, como é óbvio, uma longa série de malefícios:

- A considerável perda de terreno que acarreta, dado o grande número de caminhos e de serventias de toda a ordem que exige;
- A realização dos trabalhos com a conveniente exploração das terras requer, exige mesmo, a frequente deslocação às diversas parcelas, distanciadas umas das outras, do que advém uma enorme perda de tempo, ou, o que é o mesmo, de dinheiro, um desperdicio de energia, um desgaste das pessoas, dos animais e das coisas;
- A dificuldade ou mesmo a impossibilidade de utilização de maquinaria apropriada, em virtude de não haver maneira de fazer trabalhar, em condições normais, uma máquina agrícola nas pequenas parcelas, onde, por regra, só a custo conseguiria entrar;
- A falta de acesso a determinadas leiras;
- A dificuldade de proceder, em boas condições, à luta contra as pragas;
- A obtenção difícil de crédito agrícola;

— A impossibilidade de executar um aproveitamento de carácter colectivo de real interesse, como seja um projecto de rega;

 — A desvalorização do capital terra e o aumento das despesas efectivas numa

exploração imperfeita;

— A impossibilidade de adoptar métodos e sistemas de cultivo que permitam o progresso das zonas rurais.

A forma como o problema foi resolvido em grande número de países europeus e os elementos de estudo aí colhidos, permitiram-nos equacionar o caso português, e dar assim o primeiro passo para a sua resolução.

Nesses países, serviram-se, entre outras, de medidas de reorganização agrária cuja finalidade foi a de melhorar o nível de vida da população agrícola, através de um melhor equilíbrio de facto-

res de produção.

Um dos recursos utilizados foi o emparcelamento da propriedade rústica que se pode definir como sendo a medida que visa a substituir a divisão parcelar defeituosa por um novo arranjo predial, permitindo a utilização da maquinaria agrícola, caracterizado pela constituição de parcelas maiores, em número tão reduzido quanto possível, providas de acessos fáceis e directos e beneficiando de um conjunto de melhoramentos fundiários que têm por finalidade o integral e melhor aproveitamento de todos os recursos naturais.

Esta intervenção tem em vista a melhoria das condições da exploração agrícola, pela reunião das parcelas dispersas pertencentes a um mesmo proprietário, e constitui a condição «sine qua non» do

progresso da agricultura.

Segundo o projecto de Decreto-Lei em estudo na Câmara Corporativa, os trabalhos de emparcelamento, cujo custo será inteiramente suportado pelo Estado, deverão ser efectuados pelos Serviços Oficiais (Junta de Colonização Interna), assistidos por duas Comissões, uma local outra regional, às quais competirá não só acompanhar, a par e passo, o desenrolar dos trabalhos, mas também neles tomar parte activa, e regular todas as reclamações e recursos que surjam.

Os projectos de emparcelamento deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

- Ser feito por natureza de culturas;

- Manter na mesma situação aquelas parcelas para as quais não se encontre equivalência, tais como as ocupadas por árvores de fruto, por vinhas, pomares, etc.;
- Localizar na periferia os prédios pertencentes a proprietários de outras zonas;
- Instalar os pequenos proprietários próximo da aldeia da residência e, de preferência, nas melhores terras;
- Procurar a formação de parcelas tanto quanto possível rectangulares;
- Não atribuir prédios, quando tal seja viável, a mais de 3 quilómetros do centro da respectiva exploração.

O projecto de Decreto-Lei, em estudo na Câmara Corporativa, inclui não só disposições que disciplinam e orientam o processo de emparcelamento, como também as que regulamentam as condições de divisibilidade dos terrenos, por forma a impedir de futuro a constituição de parcelas com área inferior à unidade mínima de cultivo económico.

Concede ainda regalias de ordem fiscal, com isenções de sisa, de contribuição predial durante um certo número de anos, e de imposto de selo, sempre que se ultimem actos que com a reorganização pre-

dial se relacionem.

Analisemos agora a resposta à última pergunta formulada, ou seja a que se relaciona com o interesse económico-social de uma operação de emparcelamento.

O interesse económico de uma operação desta natureza foi evidenciado com diversos exemplos, convindo destacar, entre eles, o seguinte:

Noutras observações feitas na Alemanha e incidindo em duas explorações agrícolas, uma com 95 parcelas, com a área média de 1,86 ha, perfazendo 176,70 ha e outra com 9 prédios apenas com área total igual a 126 ha, verificaram-se os seguintes resultados:

—O tempo ganho nas deslocações do pessoal da segunda exploração em

A propósito do aparecimento de um gineto na Tapada da Ajuda (Lisboa)

PELO PROFESSOR
C. M. BAETA NEVES

A medida que o homem vai ocupando cada vez maiores áreas com a Agricultura, Urbanização e Indústria, vão-se tornando progressivamente mais raros os representantes de algumas espécies das faunas locais. E em Portugal isso é bem evidente.

É exactamente por isso que merece ser assinalado o aparecimento de um gineto na Tapada da Ajuda, onde a fauna de Mamíferos está pràticamente reduzida

a meia dúzia de espécies.

Essa propriedade, que foi em tempo destinada a couto de caça real, é hoje um parque, designado por «Parque Botânico», onde há áreas destinadas a jardins e áreas destinadas às culturas agrícolas.

As alterações provocadas no ambiente natural próprio, representado por uma

pequena reserva, a abundância de habitações e o movimento de veículos nas suas estradas, reduziram as condições e possibilidades de vida da fauna selvagem, nomeadamente de Mamíferos e Aves.

A tentativa de introduzir ali gamos, provenientes da Tapada de Mafra, embora em principio tivesse resultado, não teve continuidade porque fugiam para o Parque de Monsanto onde eram mortos; além disso, os prejuízos causados dentro da Tapada, nomeadamente às culturas hortícolas, justificaram a decisão

de acabar com os poucos que restavam

da população inicial.

Coelhos, existem em quantidade apreciável, e não é raro surpreendê-los atravessando as estradas quando se percorrem à noite, nomeadamente as menos frequentadas. Os ouriços-cacheiros são também relativamente vulgares, aparecendo à noite, mesmo em locais mais acessíveis às pessoas que habitam na Tapada, trabalham nela ou a visitam.

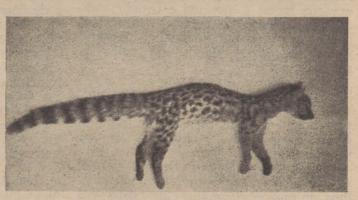
À parte outras espécies, nomeadamente ratos, a pouco mais se reduz a fauna mamalógica da Tapada, no que se refere a espécies com que mais frequentemente

se depara.

O aparecimento do gineto tem assim razão para ficar assinalado, uma vez que se trata de uma raridade em relação àquela fauna.

.

Nos primeiros dias de Dezembro do ano findo, numa capoeira, dentro da



O gineto morto na Tapada da Ajuda (Foto de Soares de Gouveia)

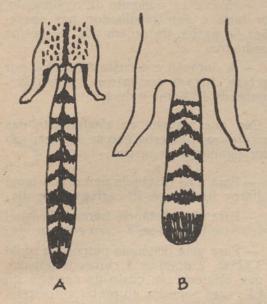
Tapada, apareceu o exemplar de viverrídeo que a fotografia representa.

Segundo as informações que me foram prestadas o animal teria entrado por uma abertura destinada a pombos, e uma vez na capoeira atacou 7 destes últimos e alguns pintos que matou; como não con-

seguisse sair, uma vez assinalada a sua presença, foi fàcilmente apanhado com

um saco, onde o mataram.

Pelas características próprias era fácil concluir que se tratava de um gineto, geneto, geneta, toirão, gato-bravo, marta ou gardunho como é conhecido na linguagem vulgar, ou de um representante do género Genetta, sob o ponto de vista



Caudas de gineto (A) e de gato-bravo (B) (Segundo Rode e Didier)

sistemático, mamífero da familia Viverridae.

Esse género está representado na fauna de Portugal pelas seguintes subespécies: Genetta genetta genetta (L.), Genetta genetta hispanica (Oken) e Genetta genetta lusitanica Seabra (= Genetta afra Seabra).

De que subespécie se trata neste caso não sei, porque não me abalanço a uma identificação, dada a dificuldade da mesma, sem ser especialista na matéria; contudo parece tratar-se da última.

Na vizinha Espanha o mesmo género está representado pela espécie G. genetta (L.) e pelas subespécies G. genetta balearica Thomas, G. genetta hispanica (Oken) e G. genetta rhodanica (Matschie).

Quanto à distribuição dos seus representantes na fauna de Portugal, na área deste último, poucos elementos possuo. No Museu de Coimbra existe um exemplar adulto e um jovem de G. genetta genetta (L.), apanhado em 1887, e vários exemplares adultos e jovens de G. genetta hispanica (Oken), apanhados em 1880 e 1906, provenientes de Coimbra, Montemor-o-Velho, Penamacor, Ponte de Sor e S. Vicente.

Em França existe apenas a espécie G. genetta (L.) (= Viverra genetta L.) que segundo Matschie, é antes a subespécie, G. genetta rhodonica (Matschie), considerando-se como espécie típica a G. genetta (L.) (=G. genetta genetta (L.), característica do centro e nordeste de Espanha.

Este género está também representado na fauna africana, pertencendo-lhe por exemplo as espécies *G. senegalensis* Fr. Cuvier e *G. rubiginosa* Pucheran, da fauna

de Angola.

A designação de gato-bravo, que também lhe é aplicada, é manifestamente inconveniente, uma vez que pode estabelecer a confusão com os verdadeiros gatos-bravos, representados na fauna de Portugal pelas subespécies da família Felidae: Felis (Felis) silvestris Schreber e Felis (Felis) silvestris tartessia (Miller).

Embora se trate também de carnívoros, com uma pelagem de coloração idêntica, além de outras características distintas, bastam as diferenças de coloração do
dorso e a forma, dimensão e colorido da
cauda, considerando em especial a pelagem como elemento essencial para a sua
distinção, para evitar a confusão.

Enquanto os ginetos possuem manchas castanho escuro nos dorsos, mais ou menos alinhadas ao longo do corpo, os gatos-bravos possuem riscas escuras, transversais, nos flancos; e enquanto a cauda nos primeiros é pouco mais pequena que o comprimento do corpo e é adelgaçada, nos últimos não atinge mais do que dois terços de comprimento do corpo e cabeça e é bastante grossa.

Ao mesmo género Felis pertence o lince (Felis (Lynx) pardellus Miller) a que

me referi no artigo anterior.

Tanto os ginetos como os gatos-bravos são vulgarmente conhecidos como animais prejudiciais, dentro de uma classificação absolutamente desactualizada e errónea, mas usual entre nós.

Por mais que se insista na necessidade de defender todos os elementos da fauna selvagem, quaisquer que sejam os seus hábitos, embora procurando controlar a população de alguns que podem, em determinadas circunstâncias, causar alguns prejuízos, não há maneira de se conseguir acabar com a teimosa e despropositada perseguição dos chamados daninhos (?)

O aparecimento de um gineto na Tapada da Ajuda tem qualquer coisa de sensacional, nomeadamente por esta se encontrar dentro da cidade, embora em ligação com o Parque de Monsanto.

Pena foi que em vez de o matarem, não o tivessem deixado ir em liberdade, mas é de tal maneira forte a força instintiva do homem para destruir os outros animais e a sua ignorância, que não é fácil resistir-lhe.

O primeiro gesto foi inevitàvelmente matar, tanto mais que estavam bem à vista os prejuizos que tinha causado. É de facto exigir quase o impossível, em tais circunstâncias, o dominio não só do instinto como da indignação; mas enquanto tal não se conseguir, nomeadamente quando o aparecimento de um daninho é tão raro, estamos muito longe daquela atitude que a Protecção da Natureza defende e que a Cinegética já vem adoptando em todos os países mais civilizados.

Basta ler qualquer publicação das raras que em Portugal se dedicam ao noticiário e divulgação sobre os problemas de Cinegética para se chegar a essa conclusão: faz pena ver a inconsciência com que pessoas de certa categoria divulgam públicamente a sua ignorância e o atrevimento com que dissertam sobre assuntos da maior transcendência sem a mais pequena preparação científica para o poderem fazer.

E enquanto assim for, os ginetos, gatos-bravos, linces e outros representantes da nossa fauna de Mamíferos, parte deles já raros em muitos locais ou quase extintos, continuarão a ser destruidos, à sombra de uma lei anacrónica, dando-se públicamente a mais lamentável prova do nosso baixo nível cultural.

CONFERÊNCIAS

Interesse económico-social do emparcelamento da propriedade rústica

(Conclusão da pág. n.º 169)

relação à primeira, representou 15 º/o de vantagem;

- Houve um aumento de rendimento, por hora e por trabalhador, nas operações de sacha, da ordem dos 20 metros quadrados;
- A duração e o custo da sacha, por hectare, foram reduzidos, respectivamente, de 13 horas e de 1/7.

No que respeita ao afastamento das parcelas, os números que se seguem são bem significativos; assim:

- Para uma distância percorrida igual a 400 m, fizeram-se 18 carregos por dia;
- Para uma distância percorrida igual a 1.760 m, fizeram-se 7 carregos por dia;
- Para uma distância percorrida igual a 3.325 m, fizeram-se 4 carregos por dia, o que originou um custo de carrego 2,5 e 4,5 vezes superior ao preço correspondente ao do primeiro percurso considerado.

Na verdade, estas estiradas sem proveito só causam perdas de tempo e de dinheiro, e escusadas fadigas. Constatou-se que o tempo perdido representou 40 % da duração do trabalho.

Sob o ponto de vista social, o emparcelamento da propriedade rústica contribuirá para alterar o «facies» rural, pela mudança de mentalidade que, necessàriamente, ocasiona. O agricultor da terra renovada, em que é possível empregar métodos e apetrechos modernos, poderá efectuar, com menor esforço, uma racional utilização de todos os recursos que a respectiva exploração agricola lhe pode proporcionar, adoptar outras culturas mais convenientes, organizar colectivamente a respectiva comercialização dos produtos e, ainda, encontrar tempo bastante para melhorar a sua cultura geral e a sua vida social.

SISTEMA DE ESTABULAÇÃO LIVRE

Por
RAMIRO A. RIBEIRO DO ROSÁRIO
eng. agrónomo

(Conclusão do n.º 2417 pág. n.º 133)

SENDO a erva directamente apanhada pelas vacas no pasto, é costume considerar a administração de fenos e palhas na área de alimentação e a dose de silagem ser posta à disposição das vacas no parque pavimentado. O concentrado é administrado no acto da mungição.

Fazendo-se a administração de erva na vacaria, deve considerar-se a existência de prisões ao longo da mangedoura e fazer a administração das forragens pela seguinte ordem nas duas rações diárias:

1.º fenos e palhas

2.º silagem

3.º erva verde

O concentrado é também administrado no acto da mungicão.

Por se tratar da forma mais geral a administração de toda a forragem no estábulo, consideramos só este caso.

As principais considerações a ter em conta com a secção de administração de forragem são:

a) Localização

Deve ficar o mais perto possível do armazém de fenos e palhas, do misturadouro e dos silos.

Com o fim de economizar construção pode servir de local de concentração de vacas para a ordenha. Sendo assim, deve ficar ligada à casa de ordenha.

b) Pavimentação

Esta divisão deve ser pavimentada com cimento para a tornar impermeável. Os pavimentos devem ter uma inclinação de 2 a 4 º/o para a vala de esgoto.

Ao construir-se o pavimento, deve ter-se em atenção que este nunca deve permitir a passagem de água das chuvas ou de lavagem do pátio para dentro da casa de alimentação.

c) Arejamento e iluminação

Considerar o descrito em relação à secção da área coberta com camas.

d) Água

Esta dependência deve ser lavada diàriamente e dispor de bebedouros de nível constante.

e) Mangedoura

Qualquer tipo de mangedoura, impermeável, e que não consinta que os animais espalhem a forragem que se lhes deitar, está em condições de servir para este tipo de exploração. Deve ter-se em consideração o comprimento da mangedoura. Este deve ser calculado em função do número de animais explorados. Como regra geral, pode-se considerar como necessário 1,30 metros por vaca.

f) Esgotos

Deve considerar-se a instalação de esgotos nesta dependência. Estes devem ser calculados para a instalação de uma canalização suficientemente larga que permita a passagem dos dejectos líquidos e sólidos.

A forma de tratar estes dejectos será apresentada quando se referir a utilização a dar-lhes, como a todas as águas de lavagem.

Misturadouro de palhas, ervas e fenos e armazém dos concentrados

Esta dependência deve ser pavimentada, numa inclinação de 2 a 4 o/o.

Deve ser calculada em função do total de erva a armazenar. Para este cálculo pode considerar-se que há necessidade de armazenar a erva de 2 dias e que a mesma não deve ficar em camada superior a 30 centímetros de altura.

Os concentrados devem ser armazena-

dos em tulhas de madeira.

Pode também considerar-se uma dependência anexa para concentrados. A mesma tem que ser prevista desde que se desejem farinar os produtos que entram na composição dos concentrados.

A capacidade total das tulhas e áreas necessárias para os diversos tipos de casas para concentrados, têm que ser determinadas em função do tipo de exploração que se deseje fazer, das máquinas a adoptar e do tipo de concentrados a trabalhar.

De uma forma geral deve prever-se que os concentrados têm que ser demolhados por períodos superiores a 4 horas.

5) Silo

O volume total útil dos silos é calculado em função do quantitativo necessário de silagem para o gado em exploração.

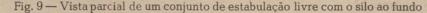
Para esse cálculo deve ter-se em atenção o total de silagem a retirar do silo e o período de tempo em que interessará dar silagem.

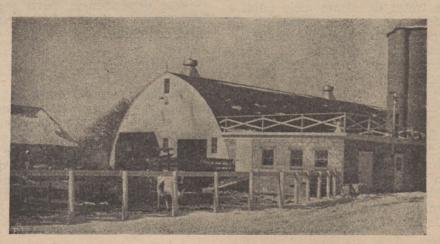
*De uma forma geral, podemos considerar como necessários uma média de 20 a 30 kg de silagem por vaca e dia, para um período de 4 a 5 meses.

Deve ter-se em atenção, ao determinar a acção do silo, que se torna necessário retirar pelo menos uma coluna de silagem de 10 a 15 cms de altura por dia.

Poderá em certos casos ser vantajosa a adopção de silos trincheira. Nestes casos convém que fiquem instalados no pátio com a finalidade de a administração da forragem ser reduzida a um mínimo.

Podem-se colocar baias móveis, nesses silos trincheira, com o fim de as vacas comerem a forragem directamente do silo, caminhando as baias à medida que a forragem for sendo consumida.





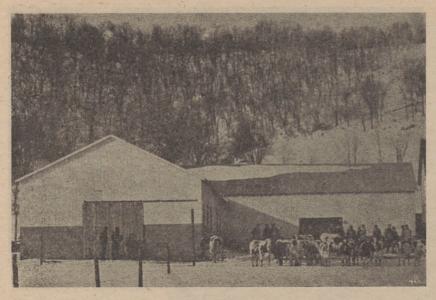


Fig. 10 — Aspecto parcial de um sistema de estabulação livre, mostrando a área para guarda de matos e palhas, pátio e casa com acumulação de camas.

O tipo normal de bezerreiro usado nas vacarias clássicas pode ser utilizado.

Deve considerar--se a possibilidade de o bezerreiro estar provido de água para os vitelos beberem.

8) Corredores de alimentação

Os corredore's devem ser largos, permitindo a passagem de um carro para distribuição de forragens. Uma largura de 1,20 a 2 metros é recomendável.

6) Palheiro

O palheiro deve ser calculado em função dos animais em exploração e do total de fenos e palhas que interesse armazenar.

Uma vez que as disponibilidades em palhas e fenos são muito variáveis, de região para região e de exploração para

exploração, diremos sòmente que é recomendável considerar uma administração diária de 1 a 3 kg de feno por vaca e dia durante o Outono e Inverno.

7) Bezerreiro e maternidade

O bezerreiro e maternidade devem ficar localizados perto da área com camas. Devem ser construídos com pavimento impermeável e com possibilidade de retirar as camas diàriamente.

O bezerreiro deve ser constituído por área reservada para cada vitelo até ao primeiro mês e depois por secções onde poderão estar 3 a 4 vitelos juntos.

9) Área pavimentada para parque

O parque, como atrás referimos, deve ter um pavimento impermeável. Desde que exista a possibilidade de se dispor de um bom saibro será suficiente ensaibrar o parque e deixar uma inclinação de 4 a 5 º/o para fácil e pronto esgoto das águas das chuvas.

Fig. 11 — Exemplo de divisões móveis ou fixas para bezerreiro



Sendo o parque pavimentado, deve ter como minimo uma inclinacão de 2 a 40/o para que os dejectos liquidos e águas de lavagem escorram com facilidade. Deve ser coberto, em parte. com qualquer trepadeira de folha caduca. A área para o parque deve ser calculada tendo em atenção que cada animal necessita 10 a. 15 metros quadrados, como minimo.



Fig. 12 — Retirando estrume da área com mato ou palha para repouso e dormida das vacas.

10) Fossas para os líquidos de lavagem e dejectos líquidos colhidos nas áreas pavimentadas

Deve prever-se uma fossa para recolha de todas as águas de lavagem e dejectos líquidos e sólidos das áreas pavimentadas.

A exploração da fossa pode ser feita de três modos diferentes:

a) Utilização da água da fossa depois de convenientemente misturada com água para rega. Esta utilização só é possível econòmicamente desde que a fossa esteja colocada a permitir o esgoto por gravidade.

 b) Utilização da água da fossa para rega de estrumes verdes numa nitreira a construir.

Esta utilização pode ser prevista, tirando os estrumes de 15 em 15 dias ou de mês a mês da área reservada a camas, incorporação de matos por curtir em camadas alternadas e rega do todo com a água da fossa.

c) Sistema combinado dos dois indicados.

É recomendável esta adopção, uma vez que o volume de água é bastante grande.

A escolha de um dos processos de

utilização dos líquidos da fossa deve ser estudada para cada caso e em função das condições requeridas para cada instalação e das possibilidades locais.

11) Casa de ordenha

Em relação à casa de ordenha, devem considerar-se duas hipóteses:

- a) Ordenha manual
- b) Ordenha mecânica

Considerando qualquer uma das hipóteses, a casa de ordenha deve dispor de 5 dependências com o fim de lavar as vaca a serem mungidas, ordenhar e administrar o concentrado, lavar e preparar os utensílios de ordenha, refrigerar o leite e casa das máquinas frigorificas e gerador de água quente.

Para o caso de se desejar fazer a ordenha manual deve considerar-se que cada homem pode ordenhar bem 3 vacas por hora e que a ordenha se deve realizar em pelo menos uma hora e meia. A casa de ordenha deve dispor de mangedoura e pesebre idêntico ao de uma vacaria clássica. O leite logo a seguir a ser ordenhado deve ser transportado para a casa de manipulação do leite e refrigerado aí.

Os pavimentos devem ser impermeá-

veis e a casa de mungição e de refrigeração do leite devem ter azulejo até pelo menos 2 metros de altura. Os tectos destas duas dependências devem ser rebocados e caiados.

Todas as dependências da casa de ordenha devem ter um bom arejamento e iluminação. Sempre que possível devem ter luz eléctrica instalada e rede nas janelas para evitar a entrada de moscas.

Apresentamos quatro esboços de casas de ordenha, para ordenha mecânica. No caso da ordenha manual a casa



Pig. 13 — Ordenha com o operador ao mesmo nível das vacas a serem mungidas.

tem que ser maior por demorar mais tempo a operação de mungição e desta forma haver necessidade de serem mungidas mais vacas ao mesmo tempo. Podemos dizer que o desenho de casas de ordenha em que o operador faz

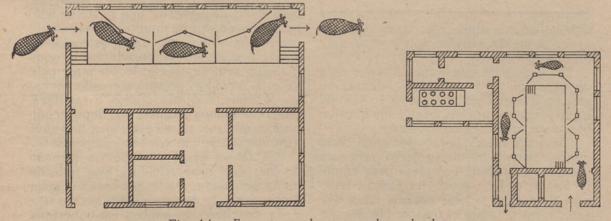
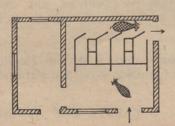
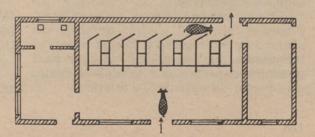


Fig. 14 — Esquemas de casas de ordenha

EM CIMA: com o operador a nível inferior ao das vacas

EM BAIXO: com o operador ao mesmo nível





Calendário do Lavrador

MARÇO

possível que a intempérie — chuvas abundantes aqui ou além, temperaturas a que já estávamos pouco habituados—tenham perturbado em uma ou outra região o decurso normal dos trabalhos. Dizia-se outrora que dos Santos ao Natal ou bem chover ou bem nevar. Já longe a noite de S. Silvestre, aqui ou além nevou em desacostumada abundância e também os rios se espalharam pelas margens, mais do que o costume; no entanto, os trabalhos dos campos, continuam a ser ordenados como o eram desde há muitos anos. Vamos assim, relembrar o que já todos sabem.

Nos campos

Normalmente, com a entrada de Março, aumenta a actividade nos campos, acrescida talvez agora pelos motivos acima

a mungição a nível inferior ao da vaca a ser mungida satisfaz unicamente para ordenha mecânica.

Os esquemas apresentados com a casa de ordenha toda num nível adaptam-se melhor à execução da mungição manual e são também capazes de se enquadrarem bem com ordenhas mecânicas.

De uma forma geral, podemos dizer que no estudo de um projecto para uma vacaria ou unidade completa para exploração de gado vacum, na função leite, não se podem indicar normas fixas que satisfaçam a todos os casos. Há normas gerais que são comuns a todos os casos, mas há particularidades variáveis que podem influenciar decisivamente o resultado da exploração.

O que pretendemos apresentar no presente artigo foi a ideia geral de um sistema de exploração e indicar os aspectos gerais que se podem adoptar para qualquer caso em que se deseje seguir o esquema de exploração referido.

apontados. Verificando-se que as culturas sofreram com a intempérie, em especial as cerealiferas, obvia-se ao mal com as adubações em cobertura, judiciosamente escolhidas, não esquecendo que a distribuição de adubos em cobertura só deve fazer-se guando o tempo esteja húmido, ameaçando chuva, para que esta lave as plantas que, de outro modo, poderiam ser prejudicadas pela acção do adubo sobre as folhas pouco resistentes. É também de relembrar o calcamento, que em muitos casos dá esplêndidos resultados; e muito de fugida se fala das vantagens das sachas e mondas, estas hoje largamente simplificadas e tornadas mais económicas com a monda química. Mas não alonguemos esta simples recordatória pois não há que apresentar novidades.

Semeiam-se os cereais de Primavera. Não deve esquecer-se que nesta sementeira é, por todos os motivos, conveniente empregar adubos de rápida assimilação, estabelecendo-se, claro é, adubações equilibradas, sempre fáceis de preparar pelo próprio lavrador, pois no mercado encontra fácilmente o que deseja e satisfaça, tanto em adubos simples, que depois comporá, conforme as necessidades dos seus terrenos, como em adubos compostos.

Os favais exigem também a atenção do lavrador, especialmente este ano, de muita humidade; é pois necessário cuidar do escoamento de águas, onde necessário, e da aplicação de adubos em cobertura, especialmente os fosfatados, de fácil e rápida assimilação, que hoje se encontram no mercado.

Cuidados idênticos aos exigidos pelos favais, requerem os ervilhais. São mais exigentes em adubação as variedades de trepar.

Já no anterior mês, e até em Janeiro, se devem ter plantado batatais, para pro-

ÉPOCAS DE SEMENTEIRA, PLANTAÇÃO E COLHEITA NO NORTE DE PORTUGAL (Segundo o engenheiro agrónomo Gomes da Silva)

Plantas	Épocas de sementeira	Épocas de plantação	Épocas de colheita	Plantas	Épocas de sementeira	Épocas de plantação	Épocas de colheita
Abóbora, me- lancia e melão	Março Abril Maio		P. Agosto Agosto Setembro	Espinafre	Março Abril Setembro		Junho Julho Dezembro
S. King S. R.	Outubro	Não se transplan-	Dezembro Janeiro	Fava	Outubro	meter en	Maio.
Alface e chi- cória Abril Maio Junho		tam Março Abril Maio Junho	Fevereiro ao fim de 2 1/2 meses ao fim de 2 meses	Feijão	Março Abril Maio Junho		Julho Agosto P. Setemb. F. Setemb.
	Julho	F. Junho F. Julho		Pimento	Fevereiro	Abril Maio	Agosto Setembro
Alho-porro		F. Dezemb. Dezembro	Maio Março	Nabiça de grelos	Novembro Agosto	_	Fevereiro Novembro Dezembro
Batata		Fevereiro Março Abril Agosto	Maio Junho Julho Novembro	Nabiça	Todo o ano		Ao fim de 1 ½ a 2 meses
Beterraba	Março F. Novemb.	=	Maio Março	Nabo redondo	Agosto Setembro	= =	Novembro Dezembro
Couves	Dezembro Fevereiro Março Julho F. Agosto	Março P. Abril Maio Agosto F. Setemb.	Junho Julho	Nabo comprido .	Agosto Setembro		Fevereiro Março
			Agosto F. Dezemb. Fevereiro	Pepino	Abril Maio		Agosto Setembro
Couve galega	Todo o ano	Todo o ano	_	Rabanete	Todo o ano	-	Ao fim de um mês
Cebola	F. Outubro M. Novem. Dezembro.	Marco	Maio Julho Agosto	Tomate	Fevereiro Março F. Março	Abril Maio Junho	Agosto Setembro Outubro
Cenoura	Março Maio Setembro	-	P. Setemb. Novembro P. Março	Morangueiro.,. Espargos		F. Setemb. Março	_
Ervilha	Dezembro Março Abril	=	Maio Julho Agosto	Alcachofra Salsa Hortelă		Outubro — —	

 $P = Princípios de... \quad M = Meados de... \quad F = Fins de...$

dução temporã; se as plantações resultaram, é conveniente, logo que o tempo se apresente propício, cuidar da sacha. É, no entanto, neste mês — Março — que deve principiar-se a cuidar da cultura deste tubérculo, cultura que preocupará ainda

o lavrador nos meses seguintes; não deve esquecer-se que as culturas antecipadas de batata, nem sempre dão os resultados que se pretendem.

Podiamos ainda lembrar: sementeiras de trevo, sanfeno, beterraba e plantação

de topinambo; mas isto vai longo para recordatória.

Nos vinhedos

Se os trabalhos de poda não tiverem já terminado, devem apressar-se, pois que as podas tardias são, na generalidade, prejudiciais; a empa também não admite delongas, de que poderiam advir inconvenientes de certa monta.

Nas terras húmidas — algumas ou mesmo muitas o estarão em demasia, dado o modo como tem decorrido o tempo — nas terras húmidas, como dizíamos, podem ainda fazer-se plantações, que nas terras secas já devem estar concluídas.

Cuidar das enxertias; a tempo e com tempo deve ter-se tratado da obtenção de bons garfos de castas mais apropriadas para a região.

Cuidar igualmente da fertilização das vinhas e ainda da correcção do terreno. Procurar fazer adubações equilibradas, não empregando adubos ao acaso, do que muitas vezes não se colhem beneficios apreciáveis.

Parecendo tudo isto muito pouco, o vinhedo, em Março, exige atenção e trabalho constante.

Nos pomares

Devem concluir-se os trabalhos de limpeza das fruteiras; de certo, o pomareiro não esqueceu a defesa das suas árvores contra os muitos inimigos que as atacam.

Activa-se a poda, especialmente nas regiões do Sul e sobretudo nas fruteiras de caroço, como o pessegueiro, damasqueiro e ameixieira ou cerejeira. E não esquecer as laranjeiras a que se aplicarão os tratamentos aconselhados pelos técnicos.

Devem já ter terminado as plantações, mas ainda as poderão fazer alguns retardatários. É também necessário concluir as adubações de que oportunamente se deve ter cuidado.

Nos olivais

Apressar, tanto quanto possível, a poda; feita mais tarde, já quando a actividade vegetativa da oliveira se tiver iniciado, pode ser prejudicial.

Não deve também demorar-se a conclusão da limpeza de musgos e líquenes no tronco e ramos, empregando as conhecidas escovas de arame ou piaçaba próprias para tal fim, aplicando seguidamente nos troncos e ramos caldas de sulfato de ferro, com 7 a 8 º/o de elemento activo e 5 º/o de cal.

Não esquecer a mobilização do terreno, bem como a aplicação de adubos, criteriosamente escolhidos.

Nas hortas

A preparação do terreno para as várias sementeiras deste mês deve já estar feita, assim como deve já encontrar-se preparada a terra para plantação das sementeiras feitas em Janeiro.

A par destes trabalhos, é necessário cuidar das sachas das plantações já feitas, para destruir as ervas infestantes que causam sempre prejuízos.

Quanto às sementeiras a fazer neste mês, no quadro junto, (¹) que abrange Janeiro a Dezembro são dadas todas as indicações necessárias sobre as épocas de sementeira e plantação no Norte do País.

No próximo calendário publicaremos quadros idênticos, relativos ao Centro e Algarve. Evita-se deste modo indicar, mês a mês, as sementeiras e plantações a fazer.

Nos jardins

São muitas as plantas que se podem semear já neste mês, para florirem no Verão. Ocuparia espaço de que não dispomos, apontar algumas. Logo que nos for possível publicaremos o calendário da sementeira das plantas de jardim, abrangendo os doze meses.

Além das sementeiras, no jardim e durante Março, há que cuidar da mobilização do terreno e adubações.

⁽¹) Este quadro, que já publicamos em o n.º 2026, referente a 15 de Novembro de 1946 foi, extraido da interessante e útil publicação — A Horta Familiar — do prof. Carlos Marques dos Reis.

Normas a que deverá obedecer a colheita de amostras de terra a enviar para análise

I — Método de amostras de terra que deverão ser enviadas para análise

Se o terreno for homogéneo e a área da propriedade não superior a cerca de 4 hectares bastará enviar para análise uma única amostra média; se a área for maior torna-se aconselhável subdividir a propriedade em duas ou mais parcelas mais pequenas, de área até 4 hectares, de cada uma das quais se enviará para análise uma amostra média.

Se o terreno não for homogéneo dividir-se-á a propriedade em tantas parcelas quantos os terrenos diversos de que ela se compõe, e de cada parcela se enviará para análise uma amostra média (exemplo: figura 1); porém, na hipótese de algumas destas parcelas possuir área maior que 4 hectares, é aconselhável subdividi-las em duas ou mais parcelas mais pequenas, de área até 4 hectares, de cada uma das quais se enviará para análise uma amostra média. Consideram-se terrenos diversos aqueles que difiram no aspecto, na produtividade ou na utilização anterior, e que, além disso, sejam tão suficientemente extensos que se admita possam a vir a ser adubados de modo diverso se tal for considerado tècnicamente recomendável.

II — Como deverão ser obtidas as amostras de terra para análise

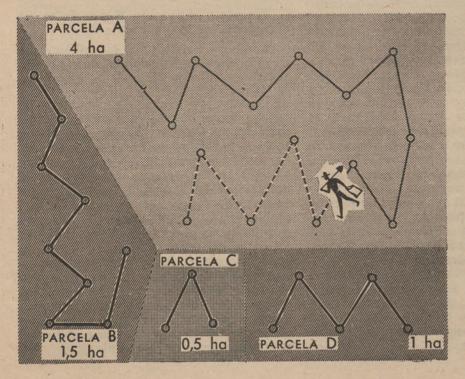
As amostras de terra atrás mencionadas, ou seja, as que o lavrador enviará

> para análise, são amostras médias relativas à área do terreno a que dizem respeito (propriedade ou sua parcela). Para se obter uma amostra média colhem-se em pontos regularmente distribuidos da referida área de terreno (exemplo: fig. 1, parcela A) várias amostras parciais, as quais se receberão num recipiente comum e deverão em seguida, caso necessário, ser postas ao sol a enxugar, sobre um pano ou qualquer superficie limpa; secas as

terras, proce-

EXEMPLIFICAÇÃO

Figura 1 — Exemplo da forma como se deverá proceder à colheita de amostras de terra numa determinada propriedade de sete hectares.



de-se depois ao seu destorroamento e mistura tão perfeita quanto possível, após o que se retirará então do conjunto a amostra média—com cerca de 0,5 kg—que se enviará para análise.

Nota Importante— Na colheita das amostras de terra parciais dever-se-á quanto possível respeitar as condições seguintes:

a) Escolher de preferência uma ocasião em que a terra não esteja nem muito seca nem muito húmida, isto é, em que esteja em condições ideais para lavrar.

b) Colher em cada parcela, por cada hectare, pelo menos 4 a 5 amostras parciais, a fim de que a amostra média resultante represente o melhor possível a composição média do terreno; por este mesmo motivo se aconselha colher as amostras parciais em pontos regularmente distribuídos da área de terreno a que dizem respeito (exemplo: figura 1, Parcelas A, B, C e D).

c) No local onde se resolver colher uma amostra parcial o terreno deverá primeiramente ser limpo de todas as pedras, ervas e detritos vegetais, após o que se abrirá então, com uma enxada ou pá, uma cova até profundidade normal da lavoura; corta-se em seguida numa das paredes da cova de alto a baixo (exemplo: figura 2), uma leiva de poucos centímetros de espessura (a amostra parcial), que se deita no cesto, saco ou carrinho de mão utilizado para a recolha das várias amostras parciais.

A propriedade foi primeiramente dividiva em parcelas, de acordo com o conceito de terrenos diversos exposto no texto (I); obtiveram-se assim as quatro parcelas seguintes:

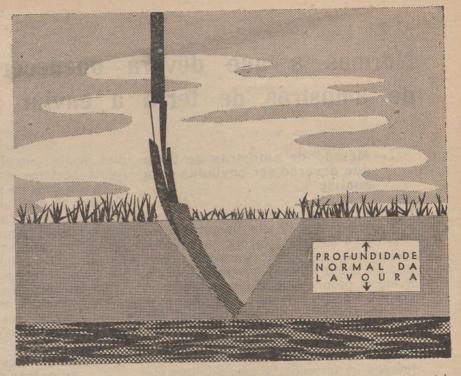


Figura 2—Exemplo da forma como deverá ser colhida uma amostra de terra parcial.

Parcela A — Terreno de encosta, erosionado, de pouca produtividade;

Parcela B—Terreno quase plano, de média fertilidade, fundo;

Parcela C — Terreno plano, de média fertilidade, fundo, com água de rega;

Parcela D—Terreno semelhante ao anterior mas tendo calagem forte no ano anterior.

Deveria proceder-se depois, dentro de cada parcela, à colheita das amostras parciais necessárias à obtenção duma amostra média representativa, seguindo-se para isso as instruções contidas no texto (II); as quatro amostras assim obtidas seriam finalmente enviadas para análise.

Na figura, os pequenos círculos indicam os locais onde se resolveu colher as amostras de terra parciais, e, dentro de cada parcela, a linha quebrada que os une define o itinerário seguido pela pessoa encarregada de proceder à operação; estão já colhidas as amostras de terra parciais relativas às parcelas B, C e D, e o operador está no momento a colher as amostras referentes à parcela A.

SILVICULTURA

pelo Professor ANTÓNIO MANUEL DE AZEVEDO GOMES

das Aldeias duas séries de artigos, tratando a primeira de questões referentes à medição das árvores e dos povoamentos e a segunda da assistência técnica no domínio florestal, vou debruçar-me sobre a Silvicultura. Espero com os artigos que vão seguir-se despertar a atenção dos leitores interessados neste ramo da cultura da terra para alguns dos problemas fundamentais que ele comporta e cuja interpretação acertada e justa solução tanto contribuem para o sucesso do empreendimento florestal.

Parece-me oportuno começar por enquadrar a Silvicultura no quadro da Ciência Florestal moderna, por forma a contribuir para o bom entendimento das relações que se estabelecem entre os vários sectores da vida florestal e, ainda, por forma a definir-lhe com propriedade o respectivo campo de acção; assim se fará no artigo de hoje. Depois, em artigos sucessivos, abordarei determinadas questões cuja compreensão, assimilação e consequente tradução prática as tenho como particularmente favoráveis ao progresso

da silvicultura continental.

É, sem dúvida, na importância das florestas que se deve procurar a justificação da chamada ciência florestal. Mercê da continuada acção do homem verificou-se o recuo da floresta, recuo tanto mais acentuado quanto mais antiga e intensa tiver sido uma tal acção, quanto mais prolongada e forte haja sido a pressão das populações sobre a floresta.

Necessidades de espaço para culturas agrícolas, necessidades de combustível, necessidades de pastagem, necessidades

de defesa (criação de espaços abertos). conjugaram-se para levar de vencida, em inúmeros locais da terra, a cobertura arbórea natural. São constantes, observam-se por toda a parte, os casos em que, mercê do recuo acentuadissimo da floresta, se alcançou uma arquitectura da paisagem insustentável, contrária aos próprios interesses das populações, as quais criaram afinal, por suas mãos, quadros de desoladora devastação. As interacções evidenciam-se com o progresso do saber, com o ampliar das ciências, e situações hoje em dia perfeitamente esclarecidas foram ignoradas durante séculos. Por isso mesmo, pelo descortinar das relações de causa e efeito, se atende com particular atenção à pressão das populações sobre a floresta e se procura, com entusiasmo e saber crescentes, um arranjo geral capaz de garantir a satisfação das necessidades actuais dos povos sem prejuízo do viver futuro.

A ciência florestal nasceu, tanto das carências presentes das populações, como das carências que se prevêm para as gerações futuras: nasceu para servir o presente, é certo, mas por forma a acautelar, passo a passo, o porvir: eis um princípio normativo neste ramo de actividade técnica.

A ciência florestal constitui um corpo de doutrina abarcando questões distribuídas por vários domínios do pensamento e da acção — que se refere à empresa florestal organizada. Pode dizer-se que cabe aqui, tanto como em outro tipo de empresa de produção, a noção de unidade de gestão, como constituindo um todo cujo sucesso assenta sobre o conhecimento

daquela ciência e sobre a sua correcta

aplicação.

É natural, dentro desta ordem de ideias, que pretenda esboçar esquemàticamente um arranjo da ciência florestal, por forma a facultar uma visão panorâmica que permita ao leitor arquitectar a vida da mata organizada; pretende-se, ainda, definir a posição ocupada pela Silvicultura no quadro geral a que pertence

A ciência florestal contém-se nos domínios da Biologia, da Técnica, da Histó-

ria e do Social.

O domínio da Biologia tem larguíssima representação neste sector do saber, porque se estuda a vida isolada e em comunidade dos seres vivos que constituem as matas ou nelas vivem, porque se estudam as respectivas interdependências com o meio cultural. Quanto à técnica, basta relembrar que interessam profundamente as intervenções humanas, o estudo dessas intervenções e a análise das correspondentes consequências nos processos vitais que decorrem.

No tocante ao dominio do histórico, convém chamar a atenção para o muito que a análise dos acontecimentos passados ajuda a compreender a situação actual, a interpretá-la, a prever, enfim, os acontecimentos futuros. Pode parecer, à primeira vista, insignificante a importância da reconstituição do passado no âmbito deste ramo de produção. Assim não é: quando ao técnico se depara o problema de governar um povoamento, ou uma mata, e se propõe este recorrer à adequada terapêutica, surge como primeira necessidade a questão do diagnóstico dos males próprios: e então é o desenrolar da história de uma comunidade viva, complexa como poucas outras o são, que põe à prova os recursos científicos do profissional mais competente e a arte do técnico melhor dotado. Criar, neste ramo de cultura, como afinal em qualquer outro, tanto pode fazê-lo o que sabe como o que não sabe; criar bem é privilégio daqueles que conseguem diagnosticar os males, primeiro, e encontrar, depois, os rumos, que repõem as comunidades florestais na estrada do sucesso, traduzido este sucesso pela continuidade dos arvoredos no mesmo local, isentos de ataques de insectos e de doenças (sãos) e pela constância das mais elevadas produções, mercê de uma favorável génese do solo e do bom aproveitamento de todas as forças da

Estação (do meio produtivo).

Por último aparece o domínio do social, fundamental; não se concebe obra cuja classificação de valimento não tome o social como ponto de referência. As funções sociais que as matas desempenham estão sempre presentes no espírito do profissional silvícola, todas, as directas como as indirectas; constantemente se pesam as consequências sociais das diferentes intervenções técnicas.

Posto isto, detenhamos a atenção sobre o arrumo da ciência florestal devido ao eminente professor alemão *J. Köstler:*

- I. Fundamentos (investigação adentro dos dominios biológico e sociológico).
 - 1. A comunidade viva floresta.
 - a) Clima florestal.

b) Solo florestal.

c) Árvores e outras plantas florestais.

d) Animais da floresta.
 e) Associações florestais.

- f) Taxa de acréscimo das árvores e dos povoamentos.
 - 2. Os produtos (económicos) da floresta.
 - a) Madeira (lenho).
 - b) Outros produtos.
- 3. A estrutura sociológica da actividade florestal organizada.
 - a) Economia.
 - b) Legislação.
- II. História do empreendimento florestal organizado (conceito de evolução de um ramo de cultura).
 - III. A actividade florestal organizada.
- 1. Economia do empreendimento florestal organizado.
 - a) Politica florestal.
 - b) Administração.
 - c) Mercados.
 - 2. A unidade florestal.
 - a) Organização da unidade de gestão.
 - b) Silvicultura.
 - c) Protecção da floresta.
- d) Utilização da floresta.
 e) Construções florestais (engenharia florestal).

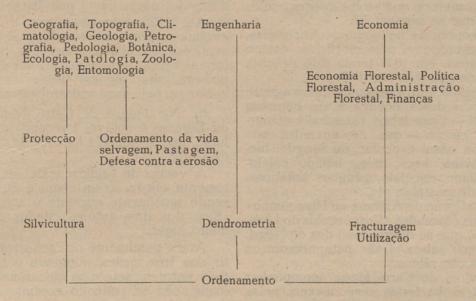
Pelo interesse que tem, pela actualidade que entre nós conhece, vamos transcrever um pensamento de *K. Rebel*:

«Silvicultura isolada é coisa que não existe, nem poderá jamais existir, deve estar sempre intimamente ligada com a economia e a técnica, constituindo um todo».

Trata-se de uma verdade bem clara aquela que se contém no anterior pensa-

ções de ordem técnica, já que a actuação directa sobre as associações florestais se faz através dela

Ainda com a finalidade de esclarecimento quanto à estrutura da ciência florestal e à posição que nela ocupa a Silvicultura, vou socorrer-me de mais uma ordenação, desta vez da responsabilidade de florestais americanos (M. A. Meyer; A. B. Recknagel; D. D. Stevenson), a saber:



mento, verdade sentida na vida profissional do dia a dia. A ignorância das concatenações que se estabelecem fortíssimas, constantes, fundamentais, entre tais domínios da ciência florestal dos nossos dias, constitui prova definitiva, cabal, de incapacidade técnica. É questão para se dizer que aqueles padrões apenas fundamentados em certas regras ecológicas, despidos de todo e qualquer sentido económico-técnico, divorciados das realidades da produção, ainda existem tão somente ali onde o atraso é manifesto; os tempos que correm não se harmonizam com tais padrões!

A silvicultura representa um dos ramos da ciência florestal, embora se trate daquele sector que mais directamente respeita aos arvoredos, ao seu manuseamento, ao respectivo governo. Podemos dizer que sobre a silvicultura convergem os ditames da economia e as consideraNeste esquema aparece o Ordenamento como o fulcro de toda a actividade florestal, o que não deixa de estar certo tratando-se, como se trata, da organização da unidade de gestão, da organização da empresa florestal, no que respeita fundamentalmente ao arranjo, no espaço, do arvoredo e aos programas de corte e de extração, à garantia, em regime de sustentação, de um certo rendimento anual ou periódico.

O que aqui interessa, bàsicamente, é frisar uma vez mais a posição em que se encontra a Silvicultura: entre a protecção e o ordenamento. A um lado a resultante das forças da natureza; a outro lado a resultante das pressões vindas dos sectores económico-sociais: e a silvicultura assim se criou e dia a dia se desenvolve: uma raiz no domínio da Biologia, uma raiz no domínio Económico-Social, uma actividade, enfim, eivada de tecnicismo.

Esgana ou Monquilho do Cão

POR JOSÉ CARRILHO CHAVES

A Esgana ou Monquilho do cão, pela sua difusão e vitimas que causa, merece que se lhe consagrem as linhas que se seguem.

Já conhecida no tempo de Aristóteles, foi a responsável pelo morticínio canino na Boémia, em 1028 tendo sido descrita

pela primeira vez em 1809.

Em 1905, Carré descobre que o agente etiológico desta doença é de natureza filtrável — virus febris catarrhalis et nervosae canum — que se encontra nos defluxos nasal e ocular, no sangue, medula óssea, baço, bílis, líquido céfaloraquidiano, encéfalo, gânglios linfáticos, conteúdo pustular, etc.

No «Corno de Ammon ou Hipocampo» forma os chamados «Corpúsculos do Monquilho», que se diferenciam dos de Négri, que como sabemos são patognomónicos

da infecção rábica.

O virus de Carré faz-se acompanhar de outras bactérias responsáveis pelas infecções secundárias: colibacilos, estrep-

tococos e o bacilo bronquiséptico.

Laidlaw e Dunkin, há 30 anos (1929), obtiveram um soro tanto curativo como profiláctico. Esses mesmos investigadores prepararam uma vacina cujo tipo confere perfeita imunidade para a doença de Carré.

Dez anos depois, em 1939, Green obteve através de muitas passagens por furões, um virus fixo vacinante e cuja

inocuidade é total.

À semelhança do que anteriormante sucedeu com as chamadas «Doenças Rubras» — Mal-Rubro ou Tabardilho, Peste e Septicémia dos suínos — que andaram durante muito tempo confundidas entre si, sendo entidades nosológicas perfeitamente distintas, igualmente com o Monquilho, outras zoonoses caninas têm andado confundidas.

Em 1947, Sven Rubarth identificou a «Hepatite contagiosa dos cães novos»,

e um ano depois (1948), Montgomerie individualizou a «Enfermidade das patas duras dos cães» (Hard pad disease).

Até 1925, julgava-se que a Esgana evoluía em três formas ou fases seguidas: septicémica, catarral e nervosa, isto nas formas típicas, e que, nas formas atipicas, poderia faltar alguma dessas fases, ou iniciar-se pela fase catarral ou nervosa.

a) Na doença de Carré (Monquilho ou Esgana) é notável a receptividade do furão, que sucumbe à inoculação do virus de Carré.

A vacina de Laidlaw e Dunkin é pertamente eficaz, assim como a de Goret, sendo igualmente eficiente o soro específico dos dois autores citados em primeiro lugar.

Ataca geralmente os cachorros a partir dos três meses, atingindo o seu fastígio entre os sete e os quinze meses de idade, não se podendo contudo marcar duma maneira precisa a época em que poderá deixar de atacar os canídeos.

Esta zoonose apresenta ainda uma forma eruptiva provocando um exantema brusco herpetiforme, atingindo as aberturas naturais, barbela, pálpebras, lábios, ânus, vulva, orelhas, e pele do abdome, sem grande electividade para as mucosas, forma nosológica que se complica em poucos dias com os mais variados desarranjos nervosos.

 b) Mal ou enfermidade das patas duras dos cães (Doença de Montgomerie)

 a vacina de Laidlaw e Dunkin é ineficaz, assim como a soroterápia anti-Carré.

Surge nos canídeos de qualquer idade, desde os seis dias até aos nove anos.

Os doentes exibem frequentemente uma diarreia profusa e grave, amigdalites e adenites, crostas em redor das narinas, aumento do número dos movimentos respiratórios, e sobretudo uma hiperqueratose da face plantar das patas, dura como madeira, o que provoca um barulho característico nos andamentos.

Os cachorros atingidos apresentam ainda pigmentações dum pardo-escuro, na pele do abdome. Exibições frequentes e precoces de transtornos nervosos.

Esta moléstia evoluciona entre duas a quatro semanas, com 90 % de casos

fatais.

c) A Hepatite contagiosa ou enfermidade de Rubarth, ataca exclusivamente os cães. A vacina de Laidlaw e Dunkin, assim como o soro específico anti-Carré, são ineficazes.

Os canídeos podem ser atingidos dos

dois aos três meses.

Os principais sintomas são os seguintes: falta de apetite, vómitos amarelo-esverdeados, diarreia amarela, por vezes sanguinolenta, conjuntiva ocular pálida, taquicardia, marcha rígida do terço posterior, crises nervosas.

A evolução geralmente é muito rápida, desde 48 horas a poucos dias, com sintomatologia discreta. O diagnóstico seguro baseia-se em dados laboratoriais e na

necrópsia.

Além destas três zoonoses caninas, que como atrás dissemos, andaram como que amalgamadas, cuja existência já não é discutível, embora ainda alguns autores continuem a ser tradicionalistas, existem outras menos características, como a «Gripe canina», cuja etiologia principal é constituída por um ultravirus neurotrópico, com duas formas clínicas—a «encéfalo medular» e a «eruptiva». Ataca os cães a partir das seis semanas e até à idade avançada.

A Gripe canina não é outra coisa que a «Influenza» dos autores antigos.

Diferencia-se da Esgana e da Enfermidade das patas duras, pela ausência de imunização pela vacinação de Laidlaw e Dunkin e ineficácia da soroterápia específica, para a primeira zoonose indicada. Caracteriza-se pela ausência de imunidade para novos atingidos.

São receptíveis os cães de qualquer

idade.

Os sintomas diferenciais mais característicos são: astenia profunda, que lembra a que acompanha a gripe humana;

ausência da habitual taquicardia; conjuntivite purulenta, mas de coloração desmaiada; aparecimento precoce dos sintomas do aparelho respiratório — rinites, laringo-traqueites, podendo estender-se às vias bronco-pulmonares profundas. A evolução é lenta. Pode atingir dois meses, apesar da medicação instituída.

A forma encéfalo-medular da Gripe dos caninos, ataca os animais repentina e bruscamente com convulsões nervosas, generalizando um quadro meningoencefalítico, que conduz à morte em

poucos dias.

. .

Todas estas formas morbosas têm de comum o seu aparecimento nos principios do Outono até aos fins do Inverno.

Por ordem decrescente, a mais frequente é a Gripe canina. A seguir vem a Enfermidade das patas duras, vindo depois a Doença de Carré (Monquilho); segue-se a forma encéfalo-medular da Gripe; a Hepatite contagiosa vem em penúltimo lugar, ocupando o último ponto da escala a forma eruptiva do Monquilho.

Parece que certas raças puras, sobretudo as de mais recente origem, como a

Cocker, são mais sensíveis.

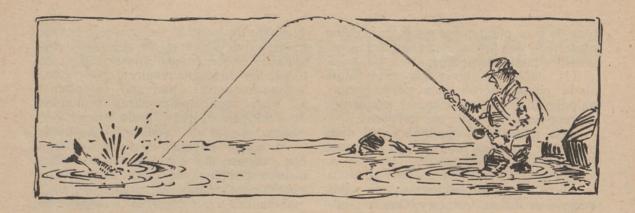
O prognóstico é muito grave. O índice de mortalidade é de 60 a 70 º/o para a Doença de Carré e de 90 º/o para o «Mal das patas duras» e para a «Hepatite contagiosa».

Como sabemos, o virus de Carré é neurotropo, isto é, tem uma electividade acentuada para o sistema nervoso, podendo dizer-se que é a zoonose que maior número de transtornos nervosos

provoca.

O «Mal das patas duras» também é caracterizado por uma encefalite desmielinizante. A «Hepatite contagiosa» também pode condicionar perturbações do sistema nervoso.

Durante muito tempo debateu-se o problema da identidade entre o virus do Monquilho canino e o da poliomielite infantil. Parece que hoje esse assunto está perfeitamente esclarecido; entretanto, no caso da existência de Monquilho, será sempre prudente evitar que crianças contactem com os doentes.



CAÇA E PESCA

ÁGUAS ALTAS

Por ALMEIDA COQUET

UEIXA-SE o lavrador da invernia que tem feito, principalmente no norte do País. Há imensos serviços atrasados, os campos são lodaçais, corre água abundante em qualquer rego e os rios vão altos e poderosos, volta e meia galgando as margens e alagando os campos ribeirinhos.

Para uma coisa, porém, vai bem o tempo, para as trutas, que embora ainda fracas da desova e da procriação, abrigadas em remansos da corrente impetuosa, têm mais tempo para se refazerem e em mais duas ou três semanas apresentarem mais vigor e carne mais rija. Portanto mais fortes para a luta e melhores para

Pelo velho regulamento que nos tem regido, já em 16 de Fevereiro podiam ser pescadas.

Isto faz-me recordar uma "abertura" que fizemos em tal data, há mais de trinta anos, num afluente do Vouga e com certo espanto, ao descravarmos o anzol em algumas fêmeas capturadas, verificamos que largavam ainda ovos! E os machos, líquido seminal.

Não significava isso que estivessem ainda na desova; mas apenas que esta tinha sido tardia, e os ovos então expelidos eram restos que já em nada contavam para a reprodução. Não só os ovos tinham uma coloração mais escura, como ainda o local onde as pescámos eram impróprios para a desova.

Mostrámos uma dessas fêmeas e alguns ovos ao naturalista e nosso saudoso amigo João Reis, da Universidade do Porto, que confirmou tal opinião. Mas uma coisa se provava: que o Regulamento de 1893 era defeituoso no modo como determinava as épocas de pesca e de defeso. E que por essa razão e por outras era bem preciso regulamentar a pesca nas águas interiores em moldes bem diferentes. Para isso se publicou em Junho de 1959 (trinta anos mais tarde!!) a nova lei-base, capaz de permitir enveredar por caminhos que conduzam ao fim em vista: a protecção à fauna piscícola das águas interiores.

Mas enquanto não se entra em tal caminho, muito se lucra com as águas altas deste Inverno, pois dá tempo a que as trutas se fortaleçam e não sejam pescadas sem terem recuperado todas as suas possibilidades e qualidades.

Já o mês de Março as encontrará melhores e mais activas, perseguindo as larvas sub-aquáticas, apanhando as minhocas que a corrente lhes trás, enfim, entrando em franco período de super-alimentação.

Claro que, hoje em dia, 80 ° o dos pescadores empregarão o método do "thread-line" com colheres e devons. É tão fácil aprender a lançar a amostra... e depois é só dar à manivela. O resto, é a truta que o faz, cravando-se no anzol ou não.

Mas noutros tempos era bonito ver um pescador consumado, com uma minhoca empatada no anzol, tirando truta após truta nas correntes. Ou então "à pluma" molhada, com plumas acastanhadas e pretas, também nas correntes, imitando as larvas que se acoitam nas pedras do leito.

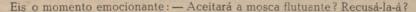
Com o mês de Abril, aquecendo o tempo, vêm as trutas mais à superfície, e então é que se aprecia a habilidade de colocar uma pluma minúscula meio-metro

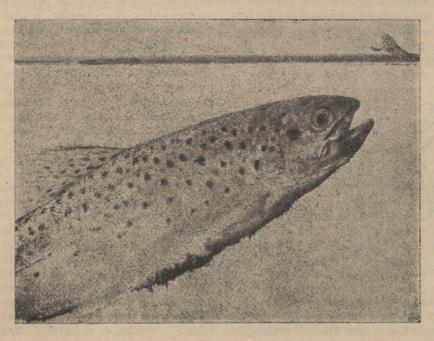
à frente de uma truta atonada! É a mais linda quadra de Primavera, incluindo Maio, para o pescador de trutas, que num ambiente saudável e de deslumbrante paisagem, procura cauteloso as trutas atonadas, tentando que elas aceitem a mosca artificial flutuando rio abaixo!

E como este Inverno nos deu ainda neve abundante nas serras, também é possível que a água do degelo nos mantenha até mais tarde um regular caudal nos rios. Quer dizer, a própria Natureza a proteger os peixes... já que os homens tardam tanto a cuidar dessa proteccão!

Mas outra vantagem ainda há com as águas altas e maior caudal nesta ocasião. A da penetração de grandes massas de água doce no Atlântico, que irá levar ao salmão e à truta marisca a amostra da água onde eles nasceram; e pelos caudais abundantes e fartos, facilitarem àqueles peixes um fácil acesso à parte alta dos rios onde eles irão desovar.

Eis as vantagens de um Inverno rigoroso, quanto aos salmonideos, embora a Lavoura já talvez diga que é chuva a mais.







Um brinquedo para o bebé

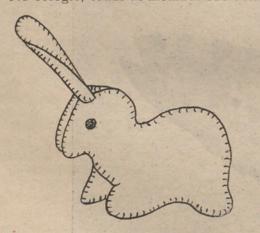
Um passatempo para a mãe

Um trabalho para a aluna

Eis o modelo de um lindo coelhinho que pode ser aproveitado para vários fins e utilizado como entretenimento ou como motivo de trabalho escolar.

Fica muito bem como adorno num quarto de criança, sobre um móvel, é engraçado em qualquer exposição de trabalhos manuais e é muito útil para entreter os mais pequeninos.

No colégio, todas as meninas são obri-



gadas a executar um certo número de trabalhos, assim como nos liceus, ou mesmo aquelas que têm apenas instrução doméstica e parece-nos que este modelo se torna prático pela sua execução extre-

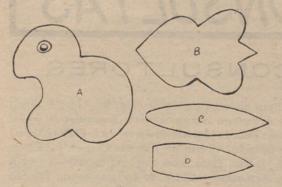
mamente simples.

Com duas partes de feltro corte dois moldes iguais aos representados com a letra A, aumentando-os prèviamenfe até ao tamanho que desejar, o que se torna relativamente fácil devido à simplicidade do desenho. Corte 4 partes do molde indicado por D e aumentado em relação ao tamanho adoptado para o anterior, que depois deve coser duas a duas, marginando a toda a volta com ponto largo de Richelieu, e que formarão as orelhas que aplicará depois de cosido ao corpo completo.

Corte uma parte de cada um dos moldes indicados pelas letras B e C que formarão respectivamente o peito e a frente da cabeça, e que devem ter sido aumentados exactamente na escala correspondente à que adoptou para o da letra A.

Una as duas partes do corpo (letra A) pelo sitio tracejado no molde inserto, intercalando entre elas de modo a formar a frente do focinho até à nuca a parte identificada com a letra C, procedendo da mesma forma com a da letra B que forma o peito e a barriga, assim como

a parte interior das patas dianteiras. Alinhave primeiro até conseguir formar o animal com perfeição e cosa com ponto Richelieu largo e forte, podendo pespontar à máquina antes disso, se preferir, para tornar mais resistente. Aplique as



orelhas com graça e dois olhinhos de vidro. Encha com pasta ou algodão, bem

apertado.

Uma sugestão prática: pode utilizar na confecção plástico em vez de feltro e em lugar de coser, colar com cola plástica. Assim será mais prático para os bebés.

O cantinho da cozinheira

Seis maneiras de preparar omeletas

1) 6 ovos, 6 gramas de sal, meio grama de pimenta moída, uma colher de sopa cheia de salsa picada e cebola em parte igual picada muito miúda—omeleta «aux fines herbes»;

2) 6 ovos, 75 grs de queijo Gruyère

ralado e uma colher, das de sobremesa, de parmesão ralado;

3) 6 ovos, 75 gramas de queijo ralado e uma pe-

quena cebola cortada às rodas e frita prèviamente em manteiga;

4) 6 ovos, 100 gramas de fiambre cortado muito miúdo e apenas um grama de sal:

5) 6 ovos, 3 colheres, das de sopa; de camarões descascados envolvidos em molho de camarões muito espesso;

6) 6 ovos, 3 colheres, das de sopa, de uma mistura de foie gras, fiambre magro e frufas.

As carnes

A carne, arranjada ao natural, tem invariàvelmente o mesmo sabor, isto é, se grelhada, frita ou assada mantém as mesmas características de paladar, embora a peça seja cortada de local diferente. Porém, podem tornar-se muito mais apaladadas dando-lhes, até, um certo sabor original, se antes de as cozinhar, se puserem em infusão que varia conforme o emprego a que são destinadas.

Assim, vejamos:

Para carne de vitela para bifes — Para um quilo de bife — junta-se um decilitro de vinho branco, duas colheres de sopa de conhaque, 1 ramo de salsa, 1 dente de alho. A vitela deve ficar pelo menos 6 horas nesta infusão.

Lombo de vaca para assar—Para um quilo—duas cebolas, um ramo de salsa, um pouco de sal, 2 dentes de alhos esmagados, 2 cravinhos, uma folha de louro e tomilho, três decilitros de vinho branco e uma colher de vinho do Porto ou conhaque. Deve manter-se a carne nesta infusão, antes de assar, cerca de 6 a 12 horas.

Carne de porco, costeletas ou lombo— Esfrega-se a carne com alhos pisados juntamente com pimentão vermelho, duas colheres, de sopa, de vinagre, dois decilitros de vinho branco, uma folha de louro e 6 folhas de orégãos. Põe-se em lugar fresco e vira-se frequentes vezes durante 8 a 10 horas.

Para caça e vitela — 1 decilitro de vinho branco, 1 decilitro de conhaque, 2 colheres de sopa de azeite. Deixa-se de infusão durante 4 a 6 horas.

Para língua: de vaca—2 litros e meio de água, 1 quilo e 3/4 de sal grosso, 35 gramas de sal refinado, 6 gramas de pimenta em grão, 1 folha de louro e 1 ramo de tomilho, 150 gramas de açúcar mascavado e 6 bagas de zimbro. Faz-se ferver tudo até o sal ficar completamente dissolvido, deixa-se arrefecer e, depois de bem frio, põe-se a língua de infusão, para afiambrar, durante 3 a 5 dias.

Serviço de CONSULTAS

REDACTORES-CONSULTORES

Prof. António Manuel de Azevedo Gomes—do Instituto Superior de Agronomia; Dr. António Sergio Pessoa, Médico Veterinário—Director da Estação de Avicultura Nacional; Artur Benevides de Melo, Eng. Agrónomo—Chefe dos Serviços Fitopatológicos da Estação Agrária do Porto; Prof. Carlos Manuel Baeta Neves—do Instituto Superior de Agronomia; Eduardo Alberto de Almeida Coquet, Publicista; Dr. José Carrilho Chaves, Médico Veterinário; José Madeira Pinto Lobo, Eng. Agrónomo—da Estação Agrária de Viseu; Mário da Cunha Ramos, Eng. Agrónomo—Chefe do Laboratório da Estação Agrária do Porto; Pedro Núncio Bravo, Eng. Agrónomo—Professor da Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra; Dr. Sérgio de Pinho, Advogado; Valdemar Cordeiro, Eng. Agrónomo—da Estação Agrária do Porto; Vasco Correia Paixão, Eng. Agrónomo—Director do Posto C. de Fomento Apícola.

VII

PATOLOGIA VEGETAL

N.º 49 – Assinante n.º 16:228 – Famalicão da Serra.

«FERRUGEM» DA OLIVEIRA

PERGUNTA — Envio, como amostra, uns ramos de oliveira atacados de uma doença a que aqui chamam ferrugem.

Peço o favor de me dizer o que devo fazer para atacar esta praga que dá cabo das oliveiras a ponto de se perderem as árvores.

RESPOSTA — Como fàcilmente pode compreender, o tratamento conveniente às suas oliveiras não é, pela litragem de calda a despender, nem tão-pouco pelo custo dos insecticidas a aplicar, uma prática barata.

No entanto, ai vai o esquema que deve seguir para a redução da incidência da praga que as está a parasitar.

Logo que o fruto esteja criado e tenha atingido o tamanho duma ervilha aplique em pulverização bem feita a toda a fruteira uma calda com a seguinte composição:

Agua 100 litros
Pomorol ou equivalente . . . 2 »
Basudine 1 decilitro

Um mês após esta aplicação volte a repetir.

Este tratamento actuará sobre a cochonilha diminuindo a sua incidência e consequentemente fará reduzir o aparecimento da fumagina.

Culturalmente, fertilize o seu olival duma forma racional e, a ser-lhe possivel, desempaste as copas das suas oliveiras, caso estas se apresentem demasiadamente compactas.

Se recorrer aos Serviços oficiais regionais de assistência à lavoura, poderá duma forma mais precisa obter valiosos elementos esclarecedores para todas as dúvidas que sobre a condução do seu olival possa ter. — Benevides de Melo.

N.º 50 - Assinante n.º 44.569 - Torres Vedras.

DEFESA CONTRA O «BICHADO» E «PEDRADO» DA FRUTA

PERGUNTA — Entrei o ano passado na posse de um pomar com franca predominência de macieiras e pereiras, que há 2 anos foi tratado com produto Shell, tendo havido fracasso.

O ano passado, a instâncias do agente local e presumindo que tivesse havido incúria no seu emprego, também utilizei os mesmos produtos (fungicida e Endria 19) seguindo cuidadosamente o esquema de tratamento preconizado pelos Servicos Agrícolas daquela Companhia. Novo fracasso, especialmente nas macieiras, pois em mais de 90 o/o dos frutos havia bichado e podridão.

A minha confusão sobre o assunto é grande. Enquanto uns dizem que o arseniato de chumbo é melhor, outros optam pelo DDT 500, o, não falando, claro, nos comerciantes agentes das grandes companhias de insecticidas, como a Bayer, Shell, Sandoz, etc., etc. Enquanto a 1.a e a última indicam os seus enxofres molháveis para combater o pedrado, associando-o às caldas insecticidas, a preconiza o seu fungicida para o mesmo efeito. Os serviços respectivos da Direcção-Geral de Agricultura indicam os dois consoante as variedades são ou não prejudicadas com o cobre. Ora, a verdade é que maioria dos fruticultores desconhece quais as variedades em que se deve dar preferência ao cobre ou ao enxofre. Por outro lado, as respostas às consultas insertas na Gazeta das Aldeias e na Vida Rural nem sempre são inteiramente concordes.

Desejo na próxima campanha salvar a colheita do meu pomar que produz maçãs reinetas pardas de óptima qualidade. Para tanto, muito grato fico dignando-se fornecer-me um esquema completo para o tratamento do pedrado, bichado e podridão, indicando-me também os produtos que reputem como os melhores para os fins em vista e quais os respectivos representantes em Lisboa.

No final da campanha comprometo-me a dar lhes conhecimento dos resultados obtidos.

RESPOSTA — Creia que lamento com pesar o insucesso obtido com os tratamentos fitossanitários seguidos pelo senhor consulente.

Acredite no entanto que a maior responsabilidade do "acidente" não deve ser atribuída às casas comerciais que apresentam para venda quer os seus produtos insecticidas quer fungicidas.

Lembre-se que qualquer deficiência no efeito dum tratamento fitossanitário se reflecte na fama dum produto e que tal descrédito não interessa às casas sérias que os negoceiam.

Repare ainda que os produtos, insecticidas ou fungicidas, postos à venda ao público, são sempre pelos seus fabricantes e nas culturas a que se destinam previamente ensaiados para um juizo perfeito das suas reais qualidades.

Se houve insucesso, deve ter havido uma causa que o motivou, que certamente não estará longe ou da inoportunidade da aplicação, ou mesmo de uma indicação de produto não a mais recomendável, ou mesmo ainda de condições de tempo desfavoráveis.

Em tais condições e satisfazendo o seu pedido, vamos indicar-lhe um esquema de pulverizações contra pedrado e bichado da fruta que estamos certos que uma vez bem aplicados no que diz respeito à execução e oportunidade lhe dará — vamos a ver — resultados satisfatórios.

20 dias antes de desabrocharem os primeiros botões florais:

Água				100 litros
Cal				4 quilos
Sulfato de cobre				2 *
Pomorol ou equivale	ente	-	100	1/2 litro

Imediatamente a seguir à queda das flores:

Água						100 litros	
Dithane L 18	S.		3			250 gramas	
Shelestol						1 decilitro	ì

Posteriormente a esta última aplicação, de 10 em 10 dias e até 15 de Maio, repita a pulverização indicada para o 2.º tratamento.

A partir de 15 de Maio e até um mês da colheita:

Acrescente à calda anterior um produto do tipo Didimac 50-S: A: à razão de 0,25 %, isto é 250 gramas do produto para 100 litros da calda referida. — Benevides de Melo.

 $N.^{\circ}$ 51 — Assinante n. $^{\circ}$ 44:196 — S. Bartolomeu de Messines.

Doença dos alhos. Conservação da cebola. Míldio da batateira. Certificado de sanidade de batata «semente»

PERGUNTA — Envio uma amostra de alhos doentes pedindo o favor de me indicarem o tratamento. Agradecia ainda o favor de me dizerem: se existe algum produto para conservação da cebola; qual a cadência de tratamentos no mildio da batateira; e se o certificado junto garante a qualidade da batata semente.

RESPOSTA — Respondendo à sua carta e às amostras enviadas aqui ficam as respostas:

1.º A doença que está a parasitar os alhos é uma ferrugem, doença esta de cura muito difícil, se não mesmo impossível. Dificilmente cede a acção das caldas fungicidas aplicadas. Uma rotação de culturas bem ordenada e racionalmente fertilizada, a destruição pelo fogo

dos detritos das plantas doentes deixadas no solo e uma redução das estrumações abundantes são normas que uma vez respeitadas fazem diminuir de certo modo os ataques do parasita à planta ainda quando na terra. Bolbos doentes resultantes duma cultura infectada como fácilmente pode compreender não oferecem as mínimas condições de conservação razão porque devem ser para tal efeito excluidos.

2.º Embora já existam hoje produtos que quando aplicados à rama da cebola em certa fase do seu desenvolvimento vegetativo provocam nítida acção retardadora na emissão do «grelo» ou «trombão» do bolbo, o facto é, que tais produtos ainda se não encontram à venda nas

casas da especialidade.

3.º A indicação duma «cadência» para os tratamentos contra o míldio da batateira como pode compreender não pode ser indicada rigidamente. É o tempo que faz, especialmente calor e humidade, a par da resistência da variedade cultivada que pode indicar qual o intervalo que deve mediar entre os tratamentos e que é bom não esquecer que são sempre feitos para terem uma acção preventiva contra o parasita.

4.º O selo e o certificado que nos remeteu são de facto de origem comprovando de certo modo ser a batata que adquiriu uma «semente» fitopatològicamente garantida. — Benevides de Melo.

XIV

ZOOTECNIA

N.º 52 – Assinante n.º 38:964 – S.ta Marta de Penaguião.

A RAÇA BOVINA AROUQUESA

PERGUNTA — Desejava comprar uma junta de vacas paivotas para serviço da quinta, mas tenho uma vaca turina e desejava também saber se o leite daquelas é tão bom como o desta e se serve para consumo caseiro.

Sendo assim, vendia a vaca turina e fazia o serviço com as paivotas e tinha as suas crias.

RESPOSTA — A raça bovina arouquesa divide-se em três sub-raças: a Pai-

VINHOS—AZEITES—Secção técnica, sobreanálises de vinhos, vinagres, aguardentes e azeites, etc. Consultas técnicas e montagem de laboratórios. Lícores para todas as análises, marca vino-vito. Aparelho para a investigação de óleos estrenhos nos azeites.— Dirigir a Vino-vito R. Cais de Santarém, 10 (ao Cais da Areia)— LISBOA — Telefone, 27130

vota, a Sulana e a Caramuleira, tendo por habitat: Castelo de Paiva, S. Pedro do Sul ou Lafões e Tondela. As duas primeiras são as mais apreciadas.

No concelho de Cinfães do Douro, onde exercemos a nossa actividade profissional durante mais de 3 anos, de Janeiro de 1937 a Abril de 1940, nunca tivemos que rejeitar no matadouro qualquer rez bovina arouquesa, atacada de tuberculose. Rejeitamos nesse lapso de tempo, 15 turinas atacadas de tuberculose.

A vila de Cinfães nessa época, e julgamos que ainda, era totalmente abastecida com leite e manteiga das vacas da «terra», as Paivotas, que fazem todos os serviços agrícolas e de tracção, dão boas crias e são mais sóbrias que as turinas.

As diversas fábricas de desnatação de leite que existiam nessa época preferiam o leite das arouquesas, mais rico em gordura que o das turinas.

Mestre Miranda do Vale, no «Gado Bissulco» da colecção A Terra e o Homem, 1949, acerca desta raça, em relação à turina, termina assim: «A turina que fique nos arredores das cidades, que para mais não serve. E já não é pouco».

Nós acrescentamos que o custo do sustento em forma de uma turina dá para alimentar três arouquesas, que num ano produzem quase tanto leite como uma turina, e dão três crias, que rendem, cada uma, mais que uma das turinas. A percentagem em manteiga é muito favorável às arouquesas, pois bastam 18 litros de leite para produzir um quilograma de saborosa manteiga, enquanto que para o das turinas são necessários 28 litros e meio, isto é, num ano, as três arouquesas produzem 133,3 quilogramas de manteiga, enquanto que a turina só produz 87,7 quilogramas. (Livro do Segundo Congresso das Actividades do Distrito de Leiria, pág. 201, 202, 203 e 204—«O Núcleo Bovino Arouguês do Concelho de Castanheira de Pera» — comunicação apresentada por nós em 1948).—Carrilho Chaves.

XXI

CONSTRUCÕES RURAIS

N.º 53 - Assinante n.º 14:099 - Baião.

APODRECIMENTO DE SOALHOS E RIPAS, RE-SULTANTE DE EMANAÇÕES PROVINDAS DE ESTÁBULOS E POCILGAS

PERGUNTA - Tendo edificado um amplo imóvel que destinei a estábulos e pocilgas, reservando a parte superior para um extenso salão onde guardo produtos agricolas, verifico que o soalho e o vigamento de madeira está todo a apodrecer devido às emanações do estrume, cheio de bolor, empolando e escorrendo.

Lembrei-me de mandar abrir uns furos que pudessem dar escape aos gazes, mas não consegui coisa alguma.

Haverá algum meio técnico e prático de canalizar esses gazes verticalmente, ou de os impedir com o emprego de qualquer agente químico.

Se assim não for, só me restaria arrancar o soalho e substituí-lo por um sobrado de cimento, o que me ficará muito caro.

RESPOSTA — Era de esperar o resultado que verifica, pois a respiração dos animais e a fermentação dos estrumes mantêm uma atmosfera quente e carregada de humidade que muito favorece o apodrecimento dos vigamentos e soalhos.

A solução radical é, de facto, a substituição do pavimento de madeira por outro de cimento armado, mas é cara e poderá conservar o actual por algum tempo, tratando convenientemente as madeiras. Para isso, aplicará duas demãos muito abundantes e espaçadas uns 15 dias, dum bom conservador - carbolineum, cuprinol, ou outro.

Ao mesmo tempo deve procurar arejar o estábulo e remover com frequência o estrume, não o deixando acumular durante muito tempo.

A instalação de chaminés de arejamento é também aconselhável, mas sem perder de vista que não pode criar correntes de ar inconvenientes para a saúde do gado.

O espalhamento diário de superfosfato sobre as camas do gado é também conveniente pelo atraso de termentações que provoca, dando tempo à remoção das camas. Pode empregar cerca de meio quilo por cabeça e por dia. -R.

XXIII

DIREITO RURAL

N.º 54 - Assinante n.º 42.959 - V. N. de Gaia.

ARRANQUE COERCIVO DE EUCALIPTOS

PERGUNTA - Possuo um terreno bravio onde tenho plantados, porque existem lá há muitos anos, uma porção de eucaliptos.

Desse terreno vendi dois talhões e os compradores construiram ali cada um o seu prédio, continuando o restante terreno a possuir os eucaliptos.

Ora, como o prédio que confina de um lado com o restante terreno de eucaliptos dista aproxímadamente dois metros do meu terreno de eucaliptos e origina, por consequência, que as folhas dos eucaliptos se derramem por cima do prédio urbano, diz e quer forçar-me, o proprietário do referido prédio urbano, que corte imediatamente os eucaliptos numa distância de 20 metros, para não somente deixar de prejudicar o seu prédio porque também nesse prédio existe um poço de gastos domésticos e que dista dos eucaliptos do meu ter reno aproximadamente 5 metros.

Peço o favor de me dizer o que tenho a fazer.

RESPOSTA — Nos termos do art. 1.º do Dec. n.º 28.039, de 14-9-37, é proibida a plantação ou sementeira de eucaliptos a menos de 20 metros de terrenos cultivados ou a menos de 30 metros de nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos. Os proprietários dos prédios urbanos contíguos podem requerer o arrancamento dos eucaliptos, através da Câmara Municipal competente.

Mas se a plantação das árvores tiver sido feita anteriormente à Lei n.º 1.951, de 9-3-37, e ao abrigo das disposições legais então em vigor, o arrancamento só pode fazer-se mediante a indemnização que for justa, de acordo com o § único do art. 2.º

do Dec. já citado.

Se for este o caso, o senhor assinante pode seguir um de dois caminhos: ou aguarda que os interessados instaurem o processo de arrancamento, na respectiva Câmara Municipal, ou desde já entra em acordo com eles quanto à indemnização. Fixada esta, procederá então ao arrancamento. — Sérgio de Pinho.

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL NO ALUGUEL DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PERGUNTA — Tenho uma debulhadora para meu uso. Se eu pretender debulhar para terceiros, serei obrigado a pagar contribuição, quer das minhas debulhas, quer das de fora, ou só das que fizer para fora?

RESPOSTA — Estão sujeitos a contribuição industrial, como alugadores de máquinas agrícolas, todas as pessoas singulares ou colectivas que procedam à debulha de cereais não produzidos em propriedades suas. A debulha de cereais produzidos em terrenos do proprietário das máquinas, não está sujeita a contribuição industrial.

A matéria vem esclarecida na circular da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos n.º 12/57, de 7-3-1957, publicada no Informador Fiscal de 17 de Abril de 1957. — Sérgio de Pinho.

N.º 56 - Assinante n.º 28:721 - Freixo-de-Espada-à-Cinta.

MUAR ELECTROCUTADA POR QUEDA DE UM FIO DE ALTA TENSÃO. INDEMNIZAÇÃO DO PREIUÍZO

PERGUNTA — Tenho uma propriedade que é atravessada por uma linha eléctrica, de alta tensão, cuja corrente de proveniência espanhola é fornecida à Câmara Municipal, segundo contrato especial.

Há dias, quando um serviçal lavrava a referida terra com uma muar, esta tocou num fio eléctrico que se encontrava derrubado e morreu electrocutada. Felizmente que o condutor da muar nada sofreu, senão o grande susto. A muar foi avaliada em 6.000\$00. Terei o direito de exigir da Câmara Municipal, ou da empresa fornecedora espanhola, a indemnização relativa ao animal electrocutado?

A propriedade da linha de tensão é da Câmara. Devo elucidar que não foi poste derrubado, apenas um fio que se partiu, não sei devido a que causa, talvez excesso de carga de corrente.

RESPOSTA — Com a evolução progressiva da civilização, tornaram-se as relações sociais mais complicadas contendendo o círculo das actividades jurídicas de cada um com a dos outros, de tal

modo que, por vezes, é impossível obrar sem risco de ocasionar danos.

Daí surgiu a teoria da responsabilidade civil objectiva, segundo a qual todo o indivíduo é responsável pelas consequências dos actos e omissões que pratica, quer estes sejam ou não culposos.

Quer dizer: o conceito do risco, substitui o da culpa, como fonte de obrigação e a única coisa a demonstrar pelo prejudicado, para obter reparação, é o nexo de causa para efeito existente entre o facto e o prejuízo.

Fundado neste princípio, creio que o senhor assinante pode pedir à Câmara Municipal, proprietária da linha, indemnização pelo prejuízo com a morte do animal. — Luís Correia Pinto.

N.º 57 - Assinante n.º 43:261 - Lisboa.

O EXERCÍCIO DA PESCA NAS ÁGUAS INTE-RIORES E A UTILIZAÇÃO DOS TERRENOS MARGINAIS

PERGUNTA — Estão a ser assaltadas todas as propriedades à beira dos rios por improvisados pescadores, uns intitulados profissionais e outros fins de semana, sem escrúpulos pelo que pisam e estragam e devoram, fenos, milhos, frutas, etc. Alguns até armados, como me consta que há dias andava um nessas condições dentro de uma propriedade minha, no concelho de Viseu.

Por isto, venho pedir o favor de me dizer se a lei prevè estes casos. Como deverá proceder o proprietário quando encontrar estranhos dentro das suas terras?

RESPOSTA — A regulamentação sobre pesca é extensíssima, mas ao senhor assinante interessa sòmente fixar que, salvas as restrições impostas nos regulamentos administrativos e sob condição de não haver embaraços aos serviços de navegação e flutuação, a pesca é permitida a todas as pessoas, sem distinção, conforme o que determina o art. 11.º do decreto 5.787 iiii que substituiu o art. 395.º do Código Civil e que fixava princípio idêntico.

Todavia e já nos termos do art. 396.º do Código Civil ninguém podia devassar os terrenos marginais para o exercício do seu direito de pesca, senão nos casos em

que aí é permitida a caça, consoante o disposto nos art. 384.º, 385.º, 386,º e 387.º.

Apesar de tudo o que vai dito, a verdade, porém, é que a lei das águas veio a entender que nas margens das correntes e em toda a sua extensão deve haver uma faixa variável sobre que existe uma servidão de uso público, no interesse geral da pesca, conforme o art. 124.º do Decreto 5.787 iiii.

E mais, que essa faixa não pode ser cultivada e tem de conservar-se sempre livre e desembaracada.

Por outro lado o Decreto 23.461 de 17 de Janeiro de 1934, permite a entrada em prédios marginais quando estes não estão cultivados ou murados ou, no caso de se acharem cultivados, quando da entrada deles não resulte prejuízo ao proprietário.

Facto esse que, de resto, os senhores pescadores com licença sabem perfeitamente, pois no verso das mesmas licenças estão transcritas as disposições legais do Decreto mencionado, com menção dos direitos e obrigações dos que se dedicam à pesca nos nossos rios.

Todavia, e é desnecessário dizê-lo, é natural que existam os abusos de que se queixa, que poderá perfeitamente participar à autoridade da sua freguesia ou guarda-rios na defesa dos seus interesses de proprietário lesado por danos, que pessoas decentes podem e devem evitar. — Luís Correia Pinto.

N.º 58 - Assinante n.º 24:455 - Fratel (B. B.)

LEGALIZAÇÃO DE UM LAGAR DE AZEITE

PERGUNTA — Tenho um lagar de azeite accionado a água, cujo aproveitamento foi pedido e concedido (segundo vi pelo texto do ofício que da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos foi enviado ao chefe da 7.ª Secção dos referidos Serviços) em 20-12-1919.

Não há documentação alguma da referida concessão, devido a ter-se perdido por negligência da pesssa que a pediu, que não fui eu.

Surge agora uma notificação para eu apresentar nos referidos Serviços o pedido de legalização do lagar, sob pena de procedimento nos termos regulamentares. Não compreendo que, funcionando o lagar há cerca de 20 anos, e tendo-se pedido e dado a concessão para o aproveitamento da água, seja preciso apresentar ainda o pedido da legaliza-

ção do lagar e tanto mais que tenho o alvará dos Servicos Industriais.

Peço o favor de me elucidar do que tenho a fazer neste caso, perante os Serviços atrás citados.

Tirei cópia do ofício que da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos foi enviado ao chefe da 7.a Secção, que é do teor seguinte:

« Por determinação do Ex.mo Sr. eng. Director e para completar o processo, digne-se V. Ex.a informar qual a situação legal perante estes serviços do aproveitamento pertencente a José Pires com lagar de azeite sito etc. etc., autorizado por concessão de 20-12-1919, cujo prazo de validade terminou em 14-12-1949. Para este aproveitamento deve ser dado cumprimento ao disposto na Nota de Serviço (Circular N.º 2.046) de 14-5-1947.

RESPOSTA — Para melhor compreensão do senhor assinante interessa elucidá-lo que as concessões de águas podem ser conferidas por utilidade pública ou por interesse privado e quanto à sua duração ainda podem ser perpétuas ou temporárias.

Assim e para os aproveitamentos de interesse privado diz o art. 86.º do Decreto 5787 iiii, de 10 de, Maio de 1919, que as concessões para regas e melhoramentos agrícolas são de sua natureza perpétuas, considerando-se os direitos delas emergentes encorporados nos respectivos prédios, mas as concessões para aproveitamentos industriais são de carácter temporàrio, devendo sempre marcar-se-lhes o período de duração.

Ora o senhor assinante, através da cópia do ofício que me envia, e apesar de perder o seu alvará de concessão pode perfeitamente determinar a data em que caducaram os seus direitos — 14-12-1949.

Necessita, consequentemente, proceder quanto antes a novo pedido de licenciamento, a requerer junto da entidade competente que, neste caso, é unicamente a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos. — Luís Correia Pinto.

N.º 59 - Assinante n.º 23:115 - Caminha.

DÚVIDAS SOBRE A POSSE DE UM PINHEIRO SITUADO EM TERRENO CONFINANTE COM UMA ESTRADA

PERGUNTA — Possuo uma popriedade de mato e pinheiros, confinante com a Estrada Nacional, que julgo ser de 2.a ordem.

Naquele ponto, o seu nível é bastante superior, pelo que ocasiona a existência de um talude, mas distante 6 metros do eixo da estrada existe um pinheiro que julgo pertencer-me e que o Chefe da Conservação não me deixa abater.

Do eixo da estrada ao referido pinheiro, que deve medir $2.3\,\mathrm{m}$, verifica-se uma distância de 6 metros.

À face do exposto, venho rogar o favor de me dizer a quem pertence a árvore, e caso me pertença, como proceder para fazer valer os meus direitos.

RESPOSTA — O art. 10.0 da Lei n.0 2.037 de 19 de Agosto de 1949 — Estatuto das Estradas Nacionais — define como terreno pertencente à estrada ou «zona da estrada», a zona delimitada pela intersecção do terreno natural com os planos dos taludes ou, nos lanços de nível, pela aresta exterior das valetas, passeios ou banquetas. No caso do consulente, tratando-se de uma estrada elevada, a respectiva zona compreende-se entre os planos dos taludes e o plano do terreno ao nível natural.

Todas as árvores e demais plantas existentes dentro da zona assim definida constituem património do Estado: art. 11.º da Lei citada.

À luz dos princípios expostos e considerando as circunstâncias de facto, pode agora o consulente chegar a uma conclusão quanto à propriedade do pinheiro. Se concluir que este lhe pertence, ainda haverá que ter em conta a chamada «faixa de respeito» que, no caso presente e por se tratar de uma estrada de 2.a, será de 5 m a partir do limite da «zona da estrada».

E dentro da «faixa de respeito» a plantação, corte ou grande poda de quaisquer árvores depende de autorização da J.A.E., a requerer ao director de estradas do respectivo distrito: art. 127.0 alínea b) e art. 128.0 da Lei. — Sérgio de Pinho.

N.º 60 - Assinante n.º 44:078 - Évora.

CLASSIFICAÇÃO DE SÓCIOS DE UMA CASA DO POVO, COMO CONTRIBUINTES

PERGUNTA — Numa freguesia onde possuo uma propriedade criou-se uma Casa do Povo, cujo presidente da respectiva Comissão Organizadora parece não ter interpretado devidamente o Acordo celebrado com o Grémio da Lavoura da região, para efeito da inscrição dos sócios contribuintes e fixação das respectivas quotas.

Cito três casos, pedindo me informem se foi legal a diversidade de classificações atribuidas a cada um, e ainda se a Casa do Povo pode cobrar aos sócios quotas relativas a meses anteriores à sua inscrição como contribuintes.

RESPOSTA — Do exame do § 1.º do art. 1.º do Dec. 30.710, de 29-8-40, resulta que são sócios efectivos das Casas do Povo:

- 1.º Trabalhadores rurais e equiparados.
- 2.º Produtores agrícolas que não possam ser sócios contribuintes porque os seus bens ou rendimentos são insuficientes para lhes garantir situação diversa da de trabalhadores.

Considerando cada um dos casos apontados na consulta teremos:

a) O indivíduo a que se refere o n.º 1.º, pelo que parece, tem bens ou rendimentos que lhe asseguram situação diversa da comum aos trabalhadores rurais.

Logo, não pode ser inscrito como sócio efectivo.

Mas, sendo proprietário de prédio rústico, é considerado como produtor agrícola, nos termos do art. 8.º do Dec.-Lei n.º 28.859 de 18-7-38 e deve ser admitido como sócio contribuinte, de acordo com o § 2.º do art. 1.º do Dec.-Lei n.º 30.710 de 29-8-40

- b) Os indivíduos indicados sob os n.ºs 2.º e 3.º, também segundo parece, não possuem bens nem rendimentos capazes de lhes garantirem situação diversa da de trabalhadores rurais. Devem, pois, ser inscritos como sócios efectivos, ao abrigo da segunda parte do § 1.º do art. 1.º do Dec.-Lei n.º 30.710, já citado.
- c) A obrigação do pagamento das cotas, por parte dos sócios contribuintes, só nasceu com a aprovação da respectiva classificação. Sérgio de Pinho.

A «Gazeta das Aldeias» foi visada pela Comissão de Censura



Boletim Meteorológico para a Agricultura

fornecido pelo
Serviço Meteorológico Nacional

Influência do tempo nas culturas

1.a década (1-10) de Fevereiro de 1960

As condições do tempo durante a década, com chuva pouco abundante nos primeiros dias seguida de bom tempo, mantiveram o aspecto vegetativo das culturas. As geadas que se formaram em alguns dias desta década, com maior intensidade em Trás-os-Montes e Beira Alta, causaram prejuizo nas culturas hortícolas e nas forragens, mas por outro lado beneficiaram os cereais panificáveis pelo desenvolvimento do seu sistema radicular.

Prosseguiram em regulares condições os trabalhos agricolas próprios da época, como podas da vinha e das árvores de fruto, empas, tratamentos fitossanitários, sementeira da batata e preparação das terras para as sementeiras de Primavera, a qual foi em parte dificultada em algumas regiões por as terras se encontrarem ainda encharcadas.

2.a década (11-20) de Fevereiro de 1960

Não houve mudança apreciável na evolução das culturas, que continuam a apresentar grande vigor vegetativo ou estão a amarelecer nas regiões onde é maior o alagamento das terras. O aspecto das searas é irregular: bom ou razoável nas terras delgadas de encosta, geralmente mau nas terras baixas e fortes.

As temperaturas baixas, a neve e a geada que se formou em algumas regiões favoreceram os cereais, sobretudo os que estão pouco desenvolvidos, porque provocaram o desenvolvimento do sistema radicular, mas prejudicaram outras culturas, como as hortícolas, os citrinos e as que se encontravam em floração, designadamente algumas árvores de fruto.

A chuva que caiu durante a década continuou

a dificultar os trabalhos agricolas, especialmente a preparação das terras para as sementeiras da primavera; no entanto, sempre que foi possível, procedeu-se às sementeiras de batata e de grão, às podas das vinhas e das árvores de fruto, empas, tratamentos fitossanitários, etc.

Estado das Culturas em 31 de Janeiro

Informação fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística

Em Janeiro o estado do tempo apresentou aspectos diversos.

Começou o mês com temperaturas excepcionalmente amenas e céu pouco nublado. A precipitação era escassa na maior parte do País, fazendo
excepção o Algarve, onde chovia com abundância. Tais condições de tempo caracterizaram a primeira década; terminada esta, o céu continuou
pouco nublado, com chuva apenas ocasional, mas
a temperatura do ar desceu acentuadamente, dando
origem à formação de geadas principalmente nas
regiões do interior. A partir do dia 23 o frio abrandou e registaram-se longos períodos de chuva
e aguaceiros em todo o País. Ao terminar o mês,
continuava a chover e a temperatura voltara
a baixar.

Enquanto o estado do tempo o permitiu, realizaram-se as sementeiras de cereais de pragana que, devido à persistência das chuvas dos meses anteriores, haviam sido proteladas sucessivamente. Algumas sementeiras já não chegarão a realizar-se, por ter passado a época em que poderiam ser feitas com possibilidades de éxito. Embora variável de região para região, dum modo geral o aspecto das searas não é mau, exceptuadas as dos terrenos de drenagem difícil, que encharcaram e se apresentam amarelecidas e com falhas resultantes de germinação irregular. Nos terrenos marginais houve alguns prejuizos, devido a arrastamento de terras, pois foram muitos os cursos de água que transbordaram com as chuvas da terceira década do més.

Em algumas regiões as geadas intensas causaram prejuizos nos pomares de citrinos e em algumas culturas forrageiras mais sensíveis, como a tremocilha e a ervilhaca, contribuindo ainda para retardar o desenvolvimento das pastagens. Todavia, os gados dispõem, dum modo geral, de alimentos verdes em abundância, resultado dum Outono e começo de um Inverno com temperaturas frequentemente superiores às normais e pluviosidade bastante elevada.

Os trabalhos agrícolas tiveram alguns dias favoráveis, principalmente na primeira década. A colheita da azeitona, iniciada em Dezembro com tempo adverso, pôde adiantar-se graças a esses períodos de bom tempo, tendo ficado concluída em quase todas as regiões antes de terminada a segunda década.

Na maior parte do País os lagares terminaram a laboração, calculando-se, em primeira estimativa, que a produção de azeite seja de 898 milhares de hectolitros, ou seja, mais 34 o/o que o ano passado (última contra-safra), ou menos 18 o/o que há dois anos (última safra).

Em consequência de intensos ataques da mosca da azeitona (Dacus oleæ), de gafa (Gloeosporum olivarum), e ainda das condições do tempo, que tanto prejudicaram os trabalhos de colheita, o azeite desta campanha não é de boa qualidade, sendo frequentes os casos de acidez elevada.

Embora prejudicados pelo mau tempo, os mercados e as feiras tiveram a concorrência própria da época. Nas regiões do Norte os preços de alguns produtos agricolas, nomeadamente a batata, revelaram tendência para subir, continuando elevados os do gado; no Sul os preços não acusaram oscilações sensíveis.

Como se depreende do que atrás ficou dito acerca do estado do tempo, o trabalhador rural teve que interromper frequentemente a sua actividade, com os inconvenientes que daí resultam

INTERMEDIÁRIO DOS LAVRADORES

Todos os assinantes da Gazeta das Aldeias, depois de um ano de assinatura paga, têm o direito de fazer inserir gratuitamente, nesta secção, em cada ano, dois anúncios de três a quatro linhas em que ofereçam produtos da sua exploração agrícola, ou solicitem trocas de animais, plantas, sementes, etc., de que necessitem. Esses anúncios serão publicados duas vezes. Não são considerados nesta regalia os anúncios de carácter comercial.

Ovos, pintos e frangos das raças New Hampshire, Ligth Sussex e Leghorn Dourada, vende António José Belchior — Bulegueira — Torres Vedras. sempre, quer para a agricultura em geral, quer para as condições económicas do trabalhador rural em particular. No Baixo Alentejo as crises de trabalho foram bastante atenuadas com a ocupação da mão-de-obra disponível em trabalhos públicos; todavia, em alguns lugares, ainda apresentaram certa importância.

Cotações do Mercado Abastecedor de Frutas do Porto

No dia 19-2-960

		Preços por volume					
Espécies	Procedên- cias	Designação das taras	Máximo	Minimo	Mais fre- quente		
Limão	Sotavento	N.01	15\$00	_			
	Sotavento	N.02	35\$00		_		
Maçã	Baixo Douro	N.02	130\$00	100\$00			
	Alto Douro	N.02	280\$00		120\$00		
	Oeste	N.01	120\$00		110\$00		
	Oeste	Cx. noi	160\$00		160\$00		
	Oeste	N.02	160\$00	100\$00	100500		
	Oeste Setúbal	N.o 2	130\$00	120000	130300		
	Fundão	N-0 1	80\$00	70\$00	70\$00		
	Fundão	N.0 2	200\$00				
	Coimbra	N.0 2	110\$00	65\$00	90\$00		
	Coimbra	N.0 1	100\$00	30\$00	35\$00		
Tanger	Baixo Douro	N.02	120\$00	30\$00	80\$00		
	Alto Douro	N.0 1	30\$00	15\$00	20\$00		
	Alto Douro	N.0 2	80\$00	30\$00	40\$00		
	Sotavento	N.0 1	90\$00	25\$00	80\$00		
	Minho R. C.	N.o 2	60\$00	10000	10000		
	Oeste	*	100\$00	40\$00	40\$00		
	Setúbal Flvas	*	80\$00	50\$00	80\$00		
	Ribatejo	N.01	60\$00	35\$00	35\$00		
	Ribatejo	N.0 2	80\$00	40\$00	45\$00		
	Coimbra	N.0 1	45\$00	15\$00	15\$00		
	Coimbra	N.02	90\$00	60\$00	80\$00		
Laranja.		>	25\$00	20\$00	22\$50		
3	Braga	>>	50\$00	40\$00	50\$00		
	Braga R. C.	*	40\$00	30\$00	30\$00		
	Setúbal	»	50\$00	25\$00	50\$00		
	Oeste	»	90\$00	50\$00	50\$00		
	Elvas	*	50\$00	7000	20000		
	Baixo Douro Alto Douro	*	60\$00	7\$50 15\$00	30\$00 50\$00		
	Alto Douro	NI o 1	60\$00 15\$00	15500	20200		
	Alto Doulo	N.o 1	13500		200		
			Por	quilogr	ama		
Bananas.	Funchal	FIRE	6\$50	5\$00	5\$00		
Couve fl.			2\$00	. 5500	3000		
Couve II.	Livus		2000	11/28	Marie Contract		

NOTA - N.º (1) São cabazes com o peso de 15 a 22 quilos

Cestas



» 20 a 30 »

» 20 a 25 »

A UNIFA

põe à disposição dos Agricultores

a) Produtos para combater males e pragas

- Agral LN Molhante-aderente para incorporar nas caldas insecticidas e fungicidas.
- Albolineum Emulsão de óleo branco para combater as «cochonilhas» ou «lapas» e «icérias».
- Mergamma Desinfectante da semente do milho, à qual assegura protecção contra os ataques do «alfinete» e doenças criptogâmicas.
- Cloroxone Poderoso insecticida com base em Clordane, indicado para o combate à «formiga argentina».
- Didimac 10 e 50 Produtos com base em DDT, especialmente recomendados para o combate à «traça» da batata e das uvas, e ainda ao «bichado» dos frutos, à «teia» da macieira, etc.
- Gammexane 50 (sem cheiro) e P. 520 -Produtos com base em Lindane, e B. H. C.,

- respectivamente, indicados em especial para o combate ao «escaravelho» da batateira, «pulgão» ou «áltica» da vinha, «hoplocampas», etc.
- Gamapó A Insecticida com base em B. H. C., próprio para a destruição dos insectos do solo «quirónomo» do arroz, «alfinete» do milho, «roscas», etc.
- Katakilla Produto com base em Rotenona, para combater os «piolhos» e outros insectos prejudiciais às plantas.
- Malaxone Éster fosfórico não tóxico com base em Malathion; combate «algodões», «afídios ou piolhos» «traças» das uvas, «mosca» dos frutos, etc.
- Quirogama Insecticida líquido para o combate ao quirónomo ou lagartinha vermelha dos arrozais.

b) Produtos para destruição de ervas e arbustos

- Agroxone 4 Herbicida selectivo com base em M. G. P. A., completamente desprovido de toxicidade para o homem e animais domésticos. O herbicida que permite uma rápida, eficaz e económica monda das suas searas sem causar quaisquer prejuízos aos cereais.
- Atlacide Herbicida total com base em clorato de sódio para a destruição

- das ervas daninhas dos arruamentos, jardins, etc.
- Trioxone Arbusticida hormonal, com base num éster do 2, 4, 5 T. embora seja também activo contra diversas ervas daninhas de «folha larga», o 2, 4, 5 T é especialmente eficaz contra plantas lenhosas, tais como silvas, diversos tipos de mato, acácias infestantes, etc.

c) Produtos auxiliadores da vegetação

Horthomona A — É um preparado sintético que estimula e ace-

lera a formação de raízes nas estacas.

À VENDA EM TODOS OS DEPÓSITOS E REVENDEDORES DA

Companhia União Fabril

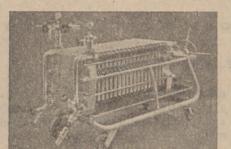
Rua do Comércio, 49 - LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 84 - PORTO

GAZETA das ALDEIAS

(77)

Filtros Esterilizadores e Kieselgur - Amiantos e Placas - Bombas Reguláveis



em Aço İnoxidável — Máquinas de Capsular, Encher, Lavar, Rolhar, Rotular e todo o material para caves.

SEITZ-WERKE G. m. b. H.

Representante em Portugal, Ilhas e Ultramar H. W. DAEHNHARDT

Tr. do Almada, 20-2.°, Dt.°-Telef. 20891-33319 - LISBOA

Agente no Norte — António G. Pinto de Freitas Largo de S. Domingos, 14-15 — Telef. 27350 — PORTO



LEVANTA AS FORCAS CAÍDAS

UM TÓNICO DE EFICÁCIA LARGAMENTE COMPROVADA

FRAQUEZA GERAL · ANEMIA · CONVALESCENÇAS

ESTIMULA O APETITE E
REVIGORA OS ORGANISMOS DEPAUPERADOS

Os produtos da

UMUPRO

LYON-FRANÇA



HELICIDE GRANULÉ - Produto eficacissimo na extinção dos caracóis, à base de metaldeido:

UMUCORTIL GRANULÉ - Para combate aos ralos, à base de clordane;



são distribuidos em Portugal por

Ferreira, Rio & C.ª, L.da Rua do Almada, 329-1.º—Telef. 23007—PORTO

Companhia Borticola-Agricola Portuense, Limitada QUINTA DAS VIRTUDES R. Azepedo de Albuquerque. 5 — PORTO

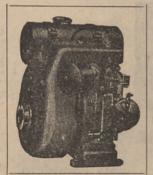


O Estabelecimento Hortícola mais antigo e completo da Peninsula FUNDADO EM 1849

TELEGRAMAS: «HORTICOLA — PORTO»

Motores e Grupos de Rega

VIILIERS



MOTORES A PETRÓLEO

OUATRO TEMPOS

MARK 10, MARK 20, MARK 25, MARK 40 2 HP 2.4 HP 3.3 HP

GRUPOS DE REGA DE

11/" 2" 21/" 3"

ENCONTRÁ-LOS-Á NAS BOAS CASAS DA SUA REGIÃO

REGUE COM VILLIERS E REGARÁ TRANQUILO

AGENTES GERALS EM PORTUGAL

SOCIEDADE TÉCNICA DE FOMENTO, LDA.

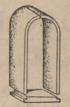
3199

PORTO - Av. dos Aliados, 168-A Telef. 26526/7

LISBOA - R. Filipe Folgue, 7-E e 7-F Telef. 53393



Tubos de cimento



Pecas para minas

A INDUSTRIAL DO BREREIRO

VILA NOVA DE FAMALICÃO-Telef. 115 VILA NOVA DE FAMALICÃO-Teiel, 115
Fábrica de: Tubos de elmento para a condução de água a qualquer pressão. Bloces,
Argolas para poços, Picas para mina, Postes para Iluminação Pública, Barricas em
elmento para sulfatação. Chamamos a atenção para as peças para minas, tubos e argolas de cimento, por ser um fabrico ainda
bastante desconhecido e de duração sem
confronto. Armazem de: Fernagens, Drogaria, Telha, Cimintos, Cal hidráulica, Cal
gorda, Sal, Adubos químicos, etc.

— Viveiros da Quinta de S. Miguel

A maior selecção de barbados americanos, de todas as variedades e para todos os terrenos, bem como árvores de fruto rigorosamente seleccionadas e desinfectadas.

Suinos de pura raça YORKSHIRE (LARGE WHITE). Galinhas de raça PLYMOUTH ROCK BARRADA e LIGHT SUSSEX. Perús MAMMOUTH e patos KAKI-CAMP-BELL e PEKIN. Novilhos e novilhas, pura raça holandeza, e outros melhorados pelo sangue da mesma raça.

No seu próprio interesse, visite os nossos viveiros.

Sociedade Agrícola "Quinta de S. Miguel", L.da

Carreira - Silveiros (Minho)

Telef. 71 - NINE

Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, L.da

PORCEIANAS PARA USOS DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS

DECORATIVAS E ELÉCTRICAS

sua produção é considerada

LISBOA Largo do Chiado, 18 PORTO Rua Cândido dos Reis, 18

E À VENDA NOS ESTABELECIMENTOS DA ESPECIALIDADE

CUPRIXOFRE

ABECASSIS



VINHAS BATATAIS TOMATAIS

outra MILDIO E OÍDIO

O fungicida mais completo, seguro e económico

Combate simultâneamente o

MÍLDIO e o OÍDIO

SOLUVOL. L.DA Campo Grande, 189 - LISBOA - Telefone, 779916

Cruz, Sousa & Barbosa. bimitada

Danéis

Máquinas Gráficas

Telefs, 27656 e 27657 R. S.to António, 165 POR

EUREKA DRIN

Accão fulminante e residual contra o

Pulgão da VINHA

> Escaravelho da BATATEIRA

3599

MAIS ECONÓMICO!

INSECTICIDAS ABECASSIS

50bUVOb, b DA-Campo Grande, 189-LISBOA-Telefone, 779916

NOVIDADES * UTILIDADES

- mandarim -

PORCELANAS * CRISTAIS * FAIANCAS

Lisboa - 141-R. Augusta - 145-Telef. 22407 (PBX) Porto - 12 - Santa Catarina - 20 - Telef. 27239

PASTAS Comerciais e de Estudantes MALAS em couro, chapeadas e para avião

> CONSERTAM-SE MALAS - NÃO CONFUNDIR -



José Apolinário 31-Rua do Loureiro-33 (Pegado à Pensão de S. Bento) TELEFONE, 23636-PORTO



O VEÍCULO PARA TODO-TERRENO CONSTRUÍDO EM MAIOR NÚMERO EM TODO O MUNDO E PREFE-RIDO PARA TO-DOS OS SERVI-COS, DEVIDO À SUA INCOMPA-RÁVEL RESIS-TÊNCIA E VER-SATILIDADE DE APLICAÇÃO

ÚNICOS REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES GERAIS

IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA.

-(ICAL)-

Avenida da Liberdade, 35-1-,0 - LISBOA

3427

Fábrica de Passamanarias

(FUNDADA EM 1910)

Galões de seda para paramentos de Igreja

Elásticos para suspensórios, calçado, cintas, etc.

GARCIA, IRMÃO & C.ª L.da

Avenida Fernão de Magalhães, 1201 Telef. 41273



A BOMBA QUE LHE RESOLVE O ABASTECI-MENTO DE ÁGUA NA SUA CASA DO CAMPO

AGENTE GERAL PARA PORTUGAL E ULTRAMAR RUA S. MIQUEL, 61

J. L. DUARTE DE ALMEIDA



Funda Elástica

S/ MOLAS E S/ PELOTAS

CASA XAVIER

Albino Pinheiro Xavier, Filhos ORTOPEDISTAS

161, Rua dos Caldeireiros, 165-PORTO Telefone, 22908



MOBILIÁRIO USADO

em todos os géneros, para todos os aposentos.

Temos moderno e antigo.

Temos mobiliário em todos os tamanhos e para todos os preços.

Na nossa casa compra o rico, o pobre e o remeliado.

Também fabricamos qualquer modelo por encomenda e fazemos entregas ao domicílio.

VENDAS, TROCAS E COMPRAS DE MÓVEIS DE QUALQUER GÉNERO.

ANTIGUIDADES E TUDO DE VALOR.

A Casa das Mobílias Usadas do Porto é na Travessa de Cedofeita, 46 — Telefone, 25756.



À venda em todas es farmácias e drogarias

VICENTE RIBEIRO & CARVALHO DA FONSECA, LIMITADA

RUA DA PRATA 237-LISBOA

OENOL

Sociedade Portuguesa de Cenologia, Lda.

-

Importadores - Armazenistas

DE

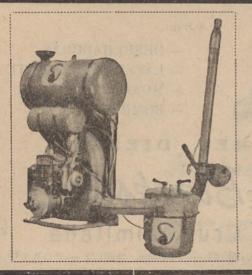
Produtos Enológicos Material de Adega

Material de Laboratório

O

LISBOA — Rua da Prata, 185, 2.º Telefones: 2.8011-2.8014





« A M I C A

o atomizador-polvilhador perfeito

4 técnicas de espalhamento:

- Atomização dos produtos em emulsão aquesa
- Polvilhamento em núvem com antiparasitários em pó seco;
- Polvilhamento a curta distância:
- Polvilhamento com pós humidificados.

ECONOMIZA: 20 º/o de substância activa; 90 º/o de água e 60 º/o de mão de obra.

Importadores exclusivos:

Sociedade Comercial Rex, Limitada

Rua Rodrigo da Fonseca, 91, 1.º Telefs, 683994-687125-LISBOA

Produtos V.A.P.—Portugal

GLYCOL

(O Ideal da pele)

O único preparado que realiza a maxima belexa, dando à pele o raro encanto da mocidade

VAP

(Elixir dentífrico concentrado)

Um sonho realizado: aroma sedutor, frescura inexcedivel e
higiene máx ma

À VENDA NAS MELHORES CASAS DO PAÍS

Depositários Gerais: Ventura d'Almeida & Pena – Rua do Guarda-Mor, 20-3.º-Esq.-LISBOA

ENVIAMOS ENCOMENDAS PELO CORREIO Á COBRANÇA

1508

Papéis

NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Civilização

LIMITADA

Rua José Falcão, 107 Telefone, 22819

P O R T O 3400

Granja Avicola Ria-Mar

Pintos e Patinhos

Ruças de postura - Roças de carne

Leghorn Branca-New Hamphire-White-Rock

Garrisson (carne)

Khaki Campbell - Corredor Indiano

Peking (carne)

Costa Nova - AVEIRO - Telef. P.P.C. 23868

O Caminho
de Ferro é
o transporte
ideal, pois é
seguro, rápido, prático
e e c o n ó -

Todos os produtos legalmente autorizados para a indústria vinícola.

VINHOS

Material de Adega e acessórios para todas as aplicações.

Material de laboratório, reagentes e análises

TUDO PARA A VITI-VINICULTURA

Consultar sempre: A. DUARTE (Organização Técnica de Enologia)

Rua do Arsenal, 84-2.º Esq.

LISBOA-2

Telefone, 366284

Joias-Pratas Marmores-Bronzes e prendas para Baptizados e Casamentos

Ourivesaria ALIANCA

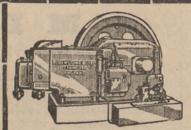
PORTO

191. R. das Flores, 211

Filial em LISBOA: R. Garrett (Chiado), 50

* PRADINE

P.F.O.H. 407 Por



PARA:

- DEBULHADORAS
- LAGARES DE AZEITE
- MOAGENS
- BOMBAS

MOTORES DIESEL

Blackstone.

Cruz, Limitada

Rua de Alexandre Braga, 60-64 - Telefone, 26001/2 - PORTO

A Tesoura mais apreciada! PRADINES nº4

> LAMINA SUBSTITUIVEL EM ACO SUECO

> > Especialmente criada para satisfazer as exigencias profissionais mais severas dos Viticultores e Arboricultores.

leve mas robusta

A elevada resistencia dos aço de alta qualidade que entram no seu fabrico, permitiu reduzir consideravelmente o peso, gumentando a robustez

potente e confortave

A precisão de fabrico de todos os seus orgãos, a lamina de gume incisivo, a forma estudada para comodidade de manobra, o amortecedor de choque, permitem realisar sem esforço cortes perfeitos nos mais grossos ramos.

a mais duravel

Todas as vantagens indicadas fazem com que esta seja a tesoura de maior duração. Durante muitos anos esta tesoura vos prestará os melhores servicos.

MAIS ECONOMICA

PRECISAO DA CIRURGIA ARBORICOLA E VITICOLA

Representantes Exclusivos para Portugal Ilhas e Ultramar

PRADINES

é sem duvida a

NOVIDADES AGRICOLAS RODANA LO Rua Teixeira de Pascoais 21 E Rua Dr. Gama Barros 60 Telefone 728848 LISBOA - 5

Concedem-se Agencias nos concelhos Disponiveis

A MARCA COM MAIS DE 225 ANOS DE EXISTÊNCIA

Balancas * Básculas * Medidoras para petróleo, azeite e óleo * Cortadores para fiambre * Moinhos para café * Picadoras

MODELO A. 952

Capacidade - 10 quilos Mostrador - 1 quilo Divisões - 5 gramas

Balança semi-automática precisa, moderna e de elegante apresentação





MODELO M4CH

Medidora para Petróleo. Azelte e Óleo

Medição rigorosa e automática nas capacidades de 1/2 e 1 decilitros, 1/8, 1/4, 1/2 e 1 litro

ESMALTADA A BRANCO RÁPIDA E HIGIÉNICA ELEGANTE, ROBUSTA E EFICIENTE

AVERY PORTUGUESA, L.PA

S E D E - L I S B O A-Rua Braamcamp, 66-70-Telef. 42001 FILIAL - PORTO-Rua D. João IV, 23-Telef. 22144 AGÊNCIAS COIMBRA-Rua da Sofia, 164-Telef. 4512 FUNCHAL-R. Ferreiros, 18-Telef. 818.2286

Adubos

HA MUITOS

Mas para as suas terras e culturas

HÁ POUCOS

Não empregue adubos ao acaso!

Nas terras pobres em cal aplique adubos com cal activa.

Nenhuma propriedade sem



Fosfato

o único adubo fosfatado com cal activa existente no mercado, que deve empregar em todas as culturas efectuadas em solos ácidos ou pobres em cal.

Thomas



2890

AS BROCHURAS PUBLICADAS POR ESTES SERVIÇOS SÃO ENVIADAS GRATUITAMENTE A QUEM AS PEDIR

CIANAMIDA CÁLCICA

CAL AZOTADA

20-21°/. DE AZOTO

O ADUBO AZOTADO COM MAIOR PERCENTAGEM DE CAL

OS MELHORES RESULTADOS EM SOLOS ÁCIDOS NAS SEGUINTES CULTURAS:

ARROZ, MILHO, CEREAIS DE PRAGANA, BATATA, OLIVAL, VINHA, POMAR, etc.

E AINDA

NA PREPARAÇÃO DE ESTRUMES E NO COMBATE ÀS ERVAS DANINHAS



COMPANHIA PORTUGUESA DE FORNOS ELÉCTRICOS

INSTALAÇÕES FABRIS
CANAS DE SENHORIM



SERVIÇOS AGRONÓMICOS LARGO DE S. CARLOS, 4-2.º LISBOA—TELEFONE 368989

310